



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA
CESC
Nº ÚNICO <u>364718</u>
ENTRADA/SAÍDA Nº <u>370</u> DATA <u>07/07/2010</u>

**COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA  
REPÚBLICA**

**Nº 370/13ª/CESC/2010**

Para os devidos efeitos, junto se envia a vossa Excelência o Parecer relativo à **Proposta de Lei nº 28/XI/1ª (GOV)** – “*Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n. 4/2001, de 23 de Fevereiro*”, tendo a Parte I e a Parte III sido aprovadas **por unanimidade**, na reunião de **7 de Julho de 2010** da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

Com os melhores cumprimentos, *e elevada consideração*

Assembleia da República, 7 de Julho de 2010

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

*(Luís Marques Guedes)*

## **PARECER**

### **PROPOSTA DE LEI Nº 28/XI**

**Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro**

#### **I – Considerandos**

##### **1. Nota Preliminar**

A 15 de Junho de 2010 deu entrada na Assembleia da República a Proposta de Lei nº 28/XI – “Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro”, apresentada pelo XVIII Governo Constitucional, tendo sido admitida a 16 de Junho e anunciada a 17 de Junho.

Por despacho do Presidente da Assembleia da República de 17 de Junho, a Proposta de Lei baixou à Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, para emissão do competente parecer.

Esta apresentação foi efectuada nos termos do disposto nos artigos 167º e 197º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 118º do Regimento da Assembleia da República em vigor à data, reunindo os requisitos formais previstos nos artigos 123º e 124º desse mesmo Regimento.

##### **2. Do Objecto, conteúdo e motivação da Iniciativa**

A iniciativa legislativa em causa pretende actualizar o quadro normativo da Lei da Rádio, revogando a Lei da Rádio – Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro.

Na exposição de motivos refere-se que esta actualização visa responder à necessidade sentida pelos operadores de rádio de melhores condições para adaptação da sua actividade ao dinamismo do mercado.

As alterações propostas à lei vigente incidem sobre o regime de acesso à actividade de rádio bem como o seu exercício, incluindo reformulação e redefinição das regras sobre concentração da propriedade, bem como sobre os requisitos para o exercício da actividade da rádio e as condições para exercício da actividade de rádio de âmbito local e ainda sobre a transparência da propriedade.

Destacam-se as seguintes alterações:

- **Transparência da propriedade** – a relação dos titulares ou detentores de participações sociais no capital social dos operadores de rádio deve ser publicada e actualizada no sítio electrónico do órgão de comunicação em causa ou, na sua ausência, comunicado à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). A identificação dos administradores e gestores do operador de rádio, bem como a dos seus directores de conteúdos, deve merecer a mesma publicidade.
- **Requisitos para o exercício da actividade de rádio** – enquanto se exige que a actividade das rádios generalistas e temáticas informativas de âmbito internacional, nacional ou regional apenas possa ser prosseguida por pessoas colectivas especializadas, já a das rádios de âmbito local pode ser prosseguida por qualquer pessoa colectiva que tenha por objecto principal o exercício de actividades de comunicação social.
- **Condições para o exercício da actividade de rádio de âmbito local** – passa a ser admitido o financiamento pelos municípios, visando-se uma maior transparência nos auxílios atribuídos por estes.
- **Exercício da actividade de rádio** – reformulação e redefinição das regras sobre concentração da propriedade dos operadores radiofónicos (abandona-se o limite à participação em mais de cinco operadores de rádio na totalidade do território nacional, substituindo-o por um limite de 10% do total das licenças existentes, mitigado pela proibição de detenção de um número de serviços de programas de âmbito nacional igual ou superior a 50% do total dos serviços de programas habilitados para a mesma área de cobertura) e da permissão de formas de colaboração entre operadores de rádio (alarga-se a possibilidade de funcionamento de cadeias parciais entre serviços de programas locais ou regionais que apresentem a mesma tipologia, tendo as rádios de garantir seis horas diárias de programação própria, a emitir entre as 7 e as 24 horas); acaba-se com a obrigação de pelo menos uma frequência por município estar

atribuída a um serviço de programas generalista; passa a admitir-se a constituição *ab initio* de rádios regionais que tenham por referência, para além de um conjunto de distritos ou de ilhas, um distrito ou uma área metropolitana, e a criação de rádios locais que tenham como referência um conjunto de municípios contíguos ou uma ilha com vários municípios; passa a permitir-se a transmissão das licenças e das autorizações para os serviços de programas de âmbito local, mediante autorização da ERC; clarificam-se as finalidades e obrigações dos operadores e dos serviços de programas radiofónicos; aumenta-se a duração das licenças de 10 para 15 anos.

- Serviço público de rádio – são reforçadas as obrigações específicas deste serviço; assegura-se o seu financiamento de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade; garante-se o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato de concessão.
- Regime sancionatório – é adaptado ao quadro de obrigações previsto na proposta de lei; reduz-se o montante das contra-ordenações para um terço quando os ilícitos sejam cometidos por serviços de programas de cobertura local; adoptando uma recomendação do Provedor de Justiça, prevê-se a possibilidade de o acusado em processo-crime, noticiado através da rádio e absolvido por sentença transitada em julgado, requerer ao tribunal que o teor da sentença seja noticiado em condições semelhantes.

São ainda propostas alterações referentes às normas introduzidas à Lei da Rádio em 2006, pela Lei n.º 7/2006, de 30 de Março, e que criaram as quotas mínimas de música portuguesa.

O exercício da actividade de rádio em plataforma digital é remetido para lei posterior.

A exposição de motivos refere que foram auscultados os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o Sindicato dos Jornalistas, a Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social, a Associação Portuguesa de Radiodifusão e a Associação de Rádios de Inspiração Cristã e a informa que foi ainda promovida a audição do Conselho Nacional do Consumo. Porém, a iniciativa legislativa não vem acompanhada de estudos, pareceres ou dos resultados das consultas efectuadas, de modo a respeitar o disposto no n.º 3 do artigo 124.º do Regimento e no n.º 2 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 274/2009, de 2 de Outubro (que regula o procedimento de consultas no âmbito do Governo).

O Governo Regional da Madeira enviou à Assembleia da República um parecer sobre a presente Proposta de Lei, propondo alteração ao seu artigo 85º, que deu entrada na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura a 5 de Julho de 2010.

Mais considerações são referidas na Nota Técnica e num quadro comparativo entre a Proposta de Lei 28/XI e a Lei da Rádio em vigor, documentos anexados ao presente parecer. É ainda anexo o parecer acima referido e emitido pelo Governo Regional da Madeira.

## II – Opinião do Relator


O Relator exime-se de manifestar a sua opinião política nesta sede, que é de “elaboração facultativa”, nos termos do nº3, do artigo 137º, do Regimento da Assembleia da República.

## III – Conclusões

A Comissão de Ética, Sociedade e Cultura é de parecer que a Proposta de Lei nº 28/XI, apresentada pelo Governo, reúne os requisitos constitucionais, legais e regimentais, pelo que está em condições de subir ao plenário.

Assembleia da República,

O Presidente da Comissão



Luís Marques Guedes

A Deputada Relatora



Catarina Martins

## IV – Anexos

- 1 – Nota técnica
- 2 – Quadro comparativo
- 3 – Parecer do Governo Regional da Madeira

**Proposta de Lei nº 28/XI/1ª – (GOV)**

**Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro.**

**Data de Admissão: 16 de Junho de 2010**

**Comissão competente: Comissão de Ética, Sociedade e Cultura**

## Índice

I.	Análise sucinta dos factos e situações.....	2
II.	Apreciação da conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e do cumprimento da lei formulário.....	3
	• Conformidade com os requisitos formais, constitucionais e regimentais.....	3
	• Verificação do cumprimento da lei formulário.....	4
III.	Enquadramento legal e doutrinário e antecedentes.....	4
	• Enquadramento legal nacional e antecedentes.....	4
	• Enquadramento internacional.....	6
	Legislação de Países da União Europeia.....	6
IV.	Iniciativas Legislativas e Petições pendentes sobre a mesma matéria.....	7
V.	Consultas obrigatórias e/ou facultativas.....	8

*Elaborada por: Luísa Colaço e Bruno Pinheiro (DAC)*

*Lurdes Sauane (DAPLEN)*

*Leonor Calvão Borges (DILP)*

*Teresa Félix (BIB)*

*Data: 1 de Julho de 2010*

## I. Análise sucinta dos factos e situações

---

O Governo apresenta à Assembleia da República uma proposta de lei com a qual pretende actualizar o quadro normativo da rádio. Destacam-se as seguintes alterações em relação à lei vigente:

- Regime de acesso à actividade – é mantida a distinção entre serviços de programas radiofónicos que utilizem o espectro hertziano terrestre (cujo acesso é precedido de concurso público) e os que utilizem outros meios, como o cabo ou satélite (cujo acesso se rege por um regime de autorização simplificado, ou simples registo, no caso da radiodifusão exclusivamente através da Internet);
- Transparência da propriedade – a relação dos titulares ou detentores de participações sociais no capital social dos operadores de rádio deve ser publicada e actualizada no sítio electrónico do órgão de comunicação em causa ou, na sua ausência, comunicado à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). A identificação dos administradores e gestores do operador de rádio, bem como a dos seus directores de conteúdos, deve merecer a mesma publicidade.
- Requisitos para o exercício da actividade de rádio – enquanto se exige que a actividade das rádios generalistas e temáticas informativas de âmbito internacional, nacional ou regional apenas possa ser prosseguida por pessoas colectivas especializadas, já a das rádios de âmbito local pode ser prosseguida por qualquer pessoa colectiva que tenha por objecto principal o exercício de actividades de comunicação social.
- Condições para o exercício da actividade de rádio de âmbito local – passa a ser admitido o financiamento pelos municípios, visando-se uma maior transparência nos auxílios atribuídos por estes.
- Exercício de actividade de rádio em plataforma digital – remete-se para lei posterior.
- Exercício da actividade de rádio – reformulação e redefinição das regras sobre concentração da propriedade dos operadores radiofónicos (abandona-se o limite à participação em mais de cinco operadores de rádio na totalidade do território nacional, substituindo-o por um limite de 10% do total das licenças existentes, mitigado pela proibição de detenção de um número de serviços de programas de âmbito nacional igual ou superior a 50% do total dos serviços de programas habilitados para a mesma área de cobertura) e da permissão de formas de colaboração entre operadores de rádio (alarga-se a possibilidade de funcionamento de cadeias parciais entre serviços de programas locais ou regionais que apresentem a mesma tipologia, tendo as rádios de garantir seis horas diárias de programação própria, a emitir entre as 7 e as 24 horas); acaba-se com a obrigação de pelo menos uma frequência por município estar atribuída a um serviço de programas generalista; passa a admitir-se a constituição *ab initio* de rádios regionais que tenham por referência, para além de um conjunto de distritos ou de ilhas, um distrito ou uma área metropolitana, e a criação de rádios locais que tenham como referência um conjunto de municípios contíguos ou uma ilha com vários municípios; passa a permitir-se a transmissão das licenças e das autorizações para os serviços de programas de âmbito local, mediante autorização da ERC; clarificam-se as finalidades e

obrigações dos operadores e dos serviços de programas radiofónicos; aumenta-se a duração das licenças de 10 para 15 anos.

- Serviço público de rádio – são reforçadas as obrigações específicas deste serviço; assegura-se o seu financiamento de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade; garante-se o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato de concessão.
- Regime sancionatório – é adaptado ao quadro de obrigações previsto na proposta de lei; reduz-se o montante das contra-ordenações para um terço quando os ilícitos sejam cometidos por serviços de programas de cobertura local; adoptando uma recomendação do Provedor de Justiça, prevê-se a possibilidade de o acusado em processo-crime, noticiado através da rádio e absolvido por sentença transitada em julgado, requerer ao tribunal que o teor da sentença seja noticiado em condições semelhantes.

Constitui anexo a esta nota técnica um quadro comparativo entre a Proposta de Lei n.º 28/XI/1.ª e a Lei da Rádio em vigor.

## **II. Apreciação da conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e do cumprimento da lei formulário**

---

### **• Conformidade com os requisitos formais, constitucionais e regimentais**

A presente iniciativa é apresentada pelo Governo, no âmbito do seu poder de iniciativa, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 167.º, na alínea d) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição e no artigo 118.º do Regimento.

A proposta de lei é subscrita pelo Primeiro-Ministro, pelo Ministro da Presidência e pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares e menciona que foi aprovada em Conselho de Ministros, em 8 de Junho de 2010, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 123.º do Regimento.

Mostra-se redigida sob a forma de artigos, tem uma designação que traduz sinteticamente o seu objecto principal e é precedida de uma breve exposição de motivos, cumprindo assim os requisitos formais dos n.ºs 1 e 2 do artigo 124.º do Regimento.

O Governo informa que foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o Sindicato dos Jornalistas, a Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social, a Associação Portuguesa de Radiodifusão e a Associação de Rádios de Inspiração Cristã. Foi ainda promovida a audição do Conselho Nacional do Consumo. Porém, a iniciativa legislativa não vem acompanhada de estudos, pareceres ou dos resultados das consultas efectuadas, de modo a respeitar o disposto no n.º 3 do artigo 124.º do Regimento e no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 274/2009, de 2 de Outubro (que regula o procedimento de consultas no âmbito do Governo).



- **Verificação do cumprimento da lei formulário**

A iniciativa tem uma exposição de motivos, obedece ao formulário correspondente a uma proposta de lei do Governo e contém após o texto, sucessivamente, a data de aprovação em Conselho de Ministros e a assinatura do Primeiro-Ministro e dos ministros competentes, de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º da Lei n.º 74/98, de 11 de Novembro (sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas, alterada e republicada pela Lei n.º 42/2007, de 24 de Agosto), designada como lei formulário.

A presente iniciativa procede à terceira alteração à Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, que aprova a lei da rádio, sendo que a referência a estas alterações deve constar do título, cumprindo assim o disposto no n.º 1 do artigo 6.º da "lei formulário".

A iniciativa tem uma norma revogatória expressa (artigo 86.º).

Na presente fase não parecem suscitar-se outras questões em face da lei formulário.

### **III. Enquadramento legal e doutrinário e antecedentes**

---

- **Enquadramento legal nacional e antecedentes**

A actividade de Rádio encontra-se regulada pela Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro<sup>1</sup>, tendo sofrido alterações pela Lei n.º 33/2003, de 22 de Agosto<sup>2</sup>, que aprova a reestruturação do sector empresarial do Estado na área do audiovisual, e pela Lei n.º 7/2006, de 23 de Março<sup>3</sup>, que aprova a segunda alteração à respectiva lei.

No que diz respeito à utilização de frequências, mantém-se o disposto na Lei das Comunicações Electrónicas, Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro<sup>4</sup>, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 32-A/2004, de 10 de Abril<sup>5</sup>, pelo Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de Maio<sup>6</sup>, pela Lei n.º 35/2008, de 28 de Julho<sup>7</sup>, pela Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio<sup>8</sup> e, finalmente, pelo Decreto-lei n.º 258/2009, de 25 de Setembro<sup>9</sup>.

- **Enquadramento do tema no plano europeu**

#### **União Europeia**

A presente iniciativa legislativa visa regular o acesso à actividade de rádio no território nacional. Importa, neste contexto, identificar a legislação europeia relevante neste domínio.

<sup>1</sup> <http://dre.pt/pdf1sdip/2001/02/046A00/10301042.pdf>

<sup>2</sup> <http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/193A00/53445355.pdf>

<sup>3</sup> <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/03/045A00/16621663.pdf>

<sup>4</sup> <http://dre.pt/pdf1sdip/2004/02/034A00/07880821.pdf>

<sup>5</sup> <http://dre.pt/pdf1s/2004/04/085A01/00020002.pdf>

<sup>6</sup> <http://dre.pt/pdf1sdip/2007/05/08800/29993001.pdf>

<sup>7</sup> <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/07/14400/0475204752.pdf>

<sup>8</sup> <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/09800/0325303279.pdf>

<sup>9</sup> <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/18700/0688306910.pdf>

Em Janeiro de 1999, o Conselho aprovou uma Resolução relativa ao serviço público de radiodifusão, na qual considera que *"o serviço público de radiodifusão se reveste de crucial importância para garantir a democracia, o pluralismo, a coesão social e a diversidade cultural e linguística"*, e reitera que *"as disposições do Tratado que institui a Comunidade Europeia não prejudicam o poder de os Estados-membros proverem ao financiamento do serviço público de radiodifusão, na medida em que esse financiamento seja concedido aos organismos de radiodifusão, para efeitos do cumprimento da missão de serviço público tal como tenha sido confiada, definida e organizada por cada um dos Estados-membros, e na medida em que esse financiamento não afecte as condições das trocas comerciais, nem a concorrência da Comunidade de forma que contrarie o interesse comum, devendo ser tida em conta a realização da missão desse serviço público."*

Por outro lado, a Comissão Europeia, na sua Comunicação sobre uma estratégia de informação e comunicação para a União Europeia, de 2 de Julho de 2002, reconheceu a crescente importância do papel da rádio e que a apresentação da informação deve ser adaptada ao meio de comunicação utilizado.

A Directiva 1999/5/CE, de 9 de Março, relativa aos equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações e ao reconhecimento mútuo da sua conformidade, foi aprovada com o objectivo de encorajar a rápida disseminação de tecnologia inovadora, promovendo assim a concorrência no mercado interno de telecomunicações. Esta directiva foi transposta através do DL n.º 192/2000, de 18 de Agosto.

Ainda em 1999, a Comissão Europeia apresentou uma Comunicação sobre as próximas etapas na política de espectro de rádio<sup>10</sup>, na sequência de uma consulta pública lançada com o Livro Verde sobre esta matéria.

Tal viria a dar origem, em 2002, à Decisão n.º 676/2002/CE, de 7 de Março, relativa a um quadro regulamentar para a política do espectro de radiofrequências na Comunidade Europeia (decisão espectro de radiofrequências), com o objectivo de criar "um quadro político e legal na Comunidade destinado a assegurar a coordenação das abordagens políticas e, se for caso disso, a existência de condições harmonizadas em matéria de disponibilidade e utilização eficaz do espectro de radiofrequências necessárias para a criação e o funcionamento do mercado interno em sectores de políticas comunitárias, como as comunicações electrónicas, os transportes e a I&D. Isto tornara-se necessário em função da escassez de frequência e dos rápidos desenvolvimentos tecnológicos que resultaram num crescimento exponencial da procura de frequências. Por outro lado, pretendia-se também proteger os interesses da Comunidade Europeia nas negociações internacionais sobre a utilização do espectro.

Em 2007, a Comissão apresentou uma Comunicação intitulada *Tirar o máximo partido do dividendo digital na Europa: Abordagem comum para o aproveitamento do espectro libertado com a transição para o digital*<sup>11</sup>. Com efeito, a transição da televisão terrestre analógica para a digital até ao final de 2012 libertará uma amplitude de espectro sem precedentes na Europa, em resultado da superior eficiência de transmissão que a tecnologia digital apresenta. Este espectro é conhecido como "dividendo digital", que pode ser caracterizado como o espectro acima das frequências necessárias para apoiar os serviços existentes de radiodifusão num ambiente inteiramente digital, incluindo as obrigações de serviço público vigentes.

<sup>10</sup> <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1998:0596:FIN:EN:PDF> disponível apenas em Inglês.

<sup>11</sup> Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0700:FIN:PT:HTML>

O dividendo digital constitui uma oportunidade única para dar resposta ao rápido crescimento da procura de serviços de comunicações sem fios, pois faculta um espectro suficiente para os radiodifusores desenvolverem e expandirem significativamente os seus serviços, assegurando ao mesmo tempo que outras utilizações sociais e económicas importantes, como as aplicações de banda larga destinadas a corrigir a "divergência digital", tenham acesso a este valioso recurso.

Num outro âmbito, respeitante aos auxílios de Estado, a Comissão Europeia apresentou, em 2001, uma Comunicação relativa à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais ao serviço público de radiodifusão, na qual são estabelecidos os princípios através dos quais a Comissão aplica o disposto nos Tratados no que concerne ao financiamento estatal do serviço público de radiodifusão, aferindo se esses auxílios são ou não compatíveis com o mercado comum.

Por fim, no âmbito da comunicação Uma Agenda Digital para a Europa, apresentada pela Comissão Europeia em 19 de Maio de 2010, uma das iniciativas estratégicas identificadas é a de "*Propor, em 2010, ao Parlamento Europeu e ao Conselho um programa ambicioso no âmbito da política europeia do espectro que crie uma política coordenada e estratégica em matéria de espectro a nível da UE, por forma a aumentar a eficiência da gestão do espectro radioelétrico e a maximizar os benefícios para os consumidores e as empresas*".<sup>12</sup>

- **Enquadramento internacional**

### **Legislação de Países da União Europeia**

A legislação comparada é apresentada para os seguintes países da União Europeia: Espanha, Reino Unido e Suíça.

#### **ESPANHA**

A actividade da Rádio em Espanha é regulada pelo Real Decreto 863/2008, de 23 de mayo<sup>13</sup>, que aprova o regulamento de desenvolvimento da Ley 32/2003, de 3 de noviembre<sup>14</sup>, relativa às telecomunicações com uso de domínio público radioelétrico.

Assim, no Título I e II do Real Decreto, dispõe-se acerca do domínio público radioelétrico, bem como o registo dessa actividade, matéria essa complementada no Título V, que dispõe relativamente à possível transferência desses direitos.

Para além da regulamentação geral, dispoñdo Espanha de um serviço público de rádio e televisão, é esse serviço objecto da Ley 17/2006, de 5 de junio<sup>15</sup>, *de la radio y la televisión de titularidad estatal*, que, no seu capítulo III, regula o regime de prestação desse serviço, determinando ainda, através do

<sup>12</sup> <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/10/200&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>

<sup>13</sup> [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Admin/rd863-2008.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/rd863-2008.html)

<sup>14</sup> [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Admin/l32-2003.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/l32-2003.html)

<sup>15</sup> [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Admin/l17-2006.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/l17-2006.html)

Capítulo VI o seu controlo externo e pela *Ley 8/2009, de 28 de agosto*<sup>16</sup>, de financiación de la Corporación de Radio y Televisión Española.

### REINO UNIDO

A actividade da rádio no Reino Unido é regulada pelo *Communications Act, de 2003*<sup>17</sup>, que altera, em parte o *Broadcasting Act de 1996*<sup>18</sup>, extensivo a esta actividade, nomeadamente no que diz respeito a rádios locais.

O *Communication Act*, na sua Parte 3, Capítulo I, dispõe sobre os serviços públicos de Rádio e Televisão na Inglaterra e País de Gales, apresentando o Capítulo III as normas relativas à regulação do serviço de rádio independente (licenças, taxas e extensão do serviço).

O licenciamento deste tipo de actividade em suporte digital encontrava-se já regulado no nº 1 do *Broadcasting Act*.

### SUIÇA

A Suíça procedeu a alterações na sua regulamentação da actividade de Rádio pela *Loi Fédéral sur la radio et la télévision de 24 de Março de 2006*<sup>19</sup>, e a *Ordonnance sur la radio et la télévision de 9 de Março de 2007*<sup>20</sup>, procedeu à clarificação dessa actividade.

Assim, na secção 5ª, são determinadas as suas formas de licenciamento, enquanto que o Cap. 2º dispõe acerca da *Société Suisse de Radiodiffusion e Télévision*, serviço esse do domínio público.

## IV. Iniciativas Legislativas e Petições pendentes sobre a mesma matéria

---

Efectuada consulta à base de dados da actividade parlamentar e do processo legislativo (PLC) importa informar que foram encontradas as seguintes iniciativas de teor semelhante:

**Proposta de Lei n.º 29/XI/1** – Procede à primeira alteração à Lei da Televisão aprovada pela Lei n.º 27/2007, de 30 de Junho, e à 12.ª alteração ao Código da Publicidade aprovado pelo Decreto – Lei n.º 330/90, de 22 de Outubro, à primeira alteração da lei que procede à reestruturação da concessionária de rádio e de televisão aprovada pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, e transpõe a Directiva n.º 2007/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro de 2007;

<sup>16</sup> [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Admin/l8-2009.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/l8-2009.html)

<sup>17</sup> [http://www.opsi.gov.uk/acts/acts2003/pdf/ukpga\\_20030021\\_en.pdf](http://www.opsi.gov.uk/acts/acts2003/pdf/ukpga_20030021_en.pdf)

<sup>18</sup> [http://www.opsi.gov.uk/acts/acts1996/plain/ukpga\\_19960055\\_en\\_1](http://www.opsi.gov.uk/acts/acts1996/plain/ukpga_19960055_en_1)

<sup>19</sup> <http://www.admin.ch/ch/f/rs/7/784.40.fr.pdf>

<sup>20</sup> <http://www.admin.ch/ch/f/rs/7/784.401.fr.pdf>

**Projecto de Lei n.º 351/XI/1.ª (BE)** – Altera a forma de designação da Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. e estabelece a obrigatoriedade de definição de um programa estratégico de Serviço Público de Televisão.

## **V. Consultas obrigatórias e/ou facultativas**

---

O Presidente da Assembleia da República promoveu a audição dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas.

Foi promovida, pelo Presidente da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, a audição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro.

Por proposta dos diversos grupos parlamentares representados na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, foram ainda solicitados pareceres às seguintes entidades: Associação Portuguesa de Radiodifusão; Associação das Rádios de Inspiração Católica; Grupo Renascença; Grupo Media Capital; TSF; Associação Fonográfica Portuguesa; Confederação Portuguesa dos Meios da Comunicação Social; Sindicato dos Jornalistas; RTP; Conselho Nacional do Consumo; Associação Nacional dos Municípios Portugueses; ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.; DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor; APD - Associação Portuguesa de Deficientes; CNOD - Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes; GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL; Sociedade Portuguesa de Autores.

## **VI. Contributos de entidades que se pronunciaram**

---

O Governo Regional da Madeira pronunciou-se, através da sua Secretaria Regional dos Recursos Humanos, em 2 de Julho de 2010, sugerindo a seguinte redacção para o artigo 85.º da Proposta de Lei: "O disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 4.º e no n.º 2 do artigo 16.º não é aplicável às situações validamente constituídas à data da entrada em vigor da presente lei, bem como à renovação das respectivas licenças".

<b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b> Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro	<b>Lei 4/2001</b> Lei da Rádio
---	-----------------------------------

<b>CAPÍTULO I</b> <b>Disposições gerais</b>  <b>Artigo 1.º</b> <b>Objecto</b> A presente lei tem por objecto regular o acesso à actividade de rádio no território nacional e o seu exercício.	<b>Artigo 1.º</b> <b>Objecto</b> A presente lei tem por objecto regular o acesso à actividade de radiodifusão sonora e o seu exercício no território nacional.
<b>Artigo 2.º</b> <b>Definições</b> 1 – Para efeitos da presente lei entende-se por: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) «Actividade de rádio», a actividade prosseguida por pessoas colectivas que consiste na organização e fornecimento, com carácter de continuidade, de serviços de programas radiofónicos com vista à sua transmissão para o público em geral;</li> <li>b) «Domínio», a relação existente entre uma pessoa singular ou colectiva e uma empresa quando, independentemente de o domicílio ou a sede se situar em Portugal ou no estrangeiro, aquela possa exercer sobre esta, directa ou indirectamente, uma influência dominante, considerando-se, em qualquer caso, existir domínio quando uma pessoa singular ou colectiva:             <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Detém uma participação maioritária no capital social ou a maioria dos direitos de voto;</li> <li>ii) Pode exercer a maioria dos direitos de voto, nos termos de acordo parassocial; ou</li> <li>iii) Pode nomear ou destituir a maioria dos titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização.</li> </ul> </li> <li>c) «Emissão em cadeia», a transmissão, simultânea ou diferida, total ou parcial, da programação de um mesmo serviço de programas por mais de um operador licenciado ou autorizado para o exercício da actividade de rádio;</li> <li>d) «Habilitação», o título indispensável para o exercício da actividade de rádio, conferido por acto legislativo, licença, autorização ou concessão;</li> <li>e) «Operador de rádio», a entidade responsável pela organização e fornecimento, com carácter de continuidade, de serviços de programas radiofónicos legalmente habilitada para o exercício da actividade de rádio;</li> <li>f) «Patrocínio», a contribuição feita por pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, que não sejam operadores de rádio ou produtores de obras radiofónicas, para o financiamento de serviços de programas de rádio, ou dos seus programas, com o intuito de promover o seu nome, marca, imagem, actividades ou produtos;</li> <li>g) «Programação própria», a que é composta por elementos seleccionados, organizados e difundidos autonomamente pelo operador de rádio responsável pelo respectivo serviço de programas, com relevância para a audiência da correspondente área geográfica de cobertura,</li> </ul>	<b>Artigo 18.º</b> <b>Alterações subjectivas</b> 3 - Para efeitos do n.º 1, considera-se existir controlo da empresa quando se verifique a possibilidade do exercício, isolado ou conjunto, e tendo em conta as circunstâncias de facto e de direito, de uma influência determinante sobre a sua actividade, designadamente através da existência de direitos de disposição sobre qualquer parte dos respectivos activos ou que confiram o poder de determinar a composição ou decisões dos órgãos da empresa.  <b>Artigo 2.º</b> <b>Definições</b> 1 - Para efeitos da presente lei entende-se por: <ul style="list-style-type: none"> <li>g) Emissão em cadeia, a transmissão, simultânea ou diferida, total ou parcial, de um mesmo serviço de programas por mais de um operador licenciado ou autorizado para o exercício da actividade de radiodifusão.</li> <li>b) Operador radiofónico, a pessoa colectiva legalmente habilitada para o exercício da actividade de radiodifusão;</li> <li>f) Programação própria, a que é produzida no estabelecimento e com os recursos técnicos e</li> </ul>

<p style="text-align: center;"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p style="text-align: center;">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p style="text-align: center;"><b>Lei 4/2001</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Lei da Rádio</b></p>
<p>nomeadamente nos planos social, económico, científico e cultural;</p> <p>h) «Rádio», a transmissão unilateral de comunicações sonoras, através de uma rede de comunicações electrónicas, destinada à recepção em simultâneo pelo público em geral;</p> <p>i) «Serviço de programas», o conjunto dos elementos da programação, sequencial e unitário, fornecido por um operador de rádio.</p> <p>2 – Exceptua-se do disposto na alínea h) do número anterior:</p> <p>a) A transmissão pontual de comunicações sonoras, através de dispositivos técnicos instalados nas imediações dos locais de ocorrência de eventos a que respeitem e tendo por alvo o público aí concentrado;</p> <p>b) A transmissão de comunicações sonoras no interior de edifícios e outros espaços circunscritos, desde que não envolvam a utilização do espectro hertziano terrestre destinado à radiodifusão, nos termos previstos no Quadro Nacional de Atribuição de Frequências.</p> <p>3 – Exceptuam-se do disposto na alínea g) do n.º 1 as emissões de carácter publicitário ou meramente repetitivas.</p>	<p>humanos afectos ao serviço de programas a que corresponde determinada licença ou autorização, e especificamente dirigida aos ouvintes da sua área geográfica de cobertura;</p> <p>a) Radiodifusão, a transmissão unilateral de comunicações sonoras, por meio de ondas radioeléctricas ou de qualquer outra forma apropriada, destinada à recepção pelo público em geral;</p> <p>c) Serviço de programas, o conjunto dos elementos da programação, sequencial e unitário, fornecido por um operador radiofónico e como tal identificado no título emitido na sequência de um processo administrativo de licenciamento ou de autorização;</p> <p>2 - Exceptua-se do disposto na alínea a) do número anterior:</p> <p>a) A transmissão pontual de comunicações sonoras, através de dispositivos técnicos instalados nas imediações dos locais de ocorrência de eventos a que respeitem e tendo por alvo o público aí concentrado, desde que não envolvam a utilização do espectro radioeléctrico;</p> <p>b) As transmissões através da Internet.</p> <p>3 - Exceptuam-se do disposto na alínea f) do n.º 1 as emissões de carácter publicitário ou meramente repetitivas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 3.º</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Transparência da propriedade e da gestão</b></p> <p>1 – As acções representativas do capital social dos operadores de rádio que revistam a forma de sociedade anónima são obrigatoriamente nominativas.</p> <p>2 – A relação dos titulares e detentores de participações no capital social dos operadores de rádio, a composição dos seus órgãos de administração e de gestão e a identificação do responsável pela orientação e pela supervisão do conteúdo das suas emissões, são tornadas públicas no sítio electrónico dos respectivos órgãos de comunicação social, devendo ser actualizadas nos sete dias seguintes à ocorrência do correspondente facto constitutivo sempre que:</p> <p>a) Um titular ou detentor atinja ou ultrapasse 5%, 10%, 20%, 30%, 40% ou 50% do capital social ou dos direitos de voto;</p> <p>b) Um titular ou detentor reduza a sua participação para valor inferior a cada uma das percentagens indicadas na alínea anterior;</p> <p>c) Ocorra alteração do domínio do operador de rádio;</p> <p>d) Ocorra alteração na composição dos órgãos de administração e de gestão ou na estrutura de responsabilidade pela orientação e pela supervisão dos conteúdos das emissões.</p> <p>3 – A relação referida no número anterior deve conter, com as necessárias actualizações:</p> <p>a) A discriminação das percentagens de participação dos respectivos titulares e detentores;</p> <p>b) A identificação de toda a cadeia de entidades a quem deva ser imputada uma participação de pelo menos 5% nos operadores em causa; e</p>	<p style="text-align: center;"><b>Artigo 8.º</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Transparência da propriedade</b></p> <p>1 - As acções constitutivas do capital social dos operadores radiofónicos que revistam a forma de sociedade anónima têm obrigatoriamente natureza nominativa.</p> <p>2 - As alterações ao capital social dos operadores que revistam forma societária devem ser comunicadas à AACS, no prazo de 30 dias, pelo notário que efectivou a correspondente escritura pública.</p>

<b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b> Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro	<b>Lei 4/2001</b> Lei da Rádio
---	-----------------------------------

<p>c) A indicação das participações daqueles titulares e detentores noutros órgãos de comunicação social.</p> <p>4 – Na ausência de sítio electrónico, a informação e as actualizações referidas nos n.ºs 2 e 3 são supletivamente comunicadas pelo operador de rádio responsável à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), que as disponibiliza o seu sítio de acesso público.</p> <p>5 – O disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 é aplicável, com as necessárias adaptações, às pessoas colectivas de forma não societária que prosseguem a actividade de rádio, designadamente associações, cooperativas ou fundações.</p>	
<p style="text-align: center;">Artigo 4.º</p> <p style="text-align: center;"><b>Concorrência, não concentração e pluralismo</b></p> <p>1 – É aplicável aos operadores de rádio o regime geral de defesa e promoção da concorrência.</p> <p>2 – As operações de concentração entre operadores de rádio sujeitas a intervenção da autoridade reguladora da concorrência são submetidas a parecer prévio da ERC, o qual só é vinculativo quando se verifique existir fundado risco para a livre expressão e confronto das diversas correntes de opinião.</p> <p>3 – Nenhuma pessoa singular ou colectiva pode deter, directa ou indirectamente, designadamente através de uma relação de domínio, um número de licenças de serviços de programas radiofónicos de âmbito local superior a 10% do número total das licenças atribuídas no território nacional.</p> <p>4 – Nenhuma pessoa singular ou colectiva de direito privado pode deter, directa ou indirectamente, designadamente através de uma relação de domínio, um número de serviços de programas de âmbito nacional em frequência modulada igual ou superior a 50% dos serviços de programas habilitados para a mesma área de cobertura e para a mesma faixa de frequência.</p> <p>5 – Nenhuma pessoa singular ou colectiva pode deter no mesmo distrito, na mesma área metropolitana, no mesmo município ou, nas Regiões Autónomas, na mesma ilha, directa ou indirectamente, designadamente através de uma relação de domínio, um número de licenças de serviços de programas radiofónicos de âmbito local igual ou superior a 50% dos serviços de programas com o mesmo âmbito habilitados em cada uma das circunscrições territoriais referidas.</p> <p>6 – A alteração de domínio dos operadores que prosseguem a actividade de rádio mediante licença só pode ocorrer três anos após a atribuição original da licença, dois anos após a modificação do projecto aprovado ou um ano após a última renovação, e está sujeita a autorização da ERC.</p> <p>7 – A ERC decide sobre o pedido de autorização referido no número anterior, ouvidos os interessados, no prazo de 30 dias úteis, após verificação e ponderação das condições iniciais determinantes para a atribuição do título e dos interesses do auditório potencial dos serviços</p>	<p style="text-align: center;">Artigo 7.º</p> <p style="text-align: center;"><b>Concorrência e concentração</b></p> <p>1 - É aplicável aos operadores radiofónicos o regime geral de defesa e promoção da concorrência, nomeadamente no que respeita às práticas proibidas, em especial o abuso de posição dominante, e à concentração de empresas, com as especialidades previstas na presente lei.</p> <p>2 - As operações de concentração entre operadores radiofónicos, sejam horizontais ou verticais, seguem ainda o disposto no artigo 18.º, devendo a AACS, sem prejuízo da aplicação dos critérios de ponderação aí definidos, recusar a sua realização quando coloquem manifestamente em causa a livre expressão e confronto das diversas correntes de opinião.</p> <p>3 - Cada pessoa singular ou colectiva só pode deter participação, no máximo, em cinco operadores de radiodifusão.</p> <p>4 - Não são permitidas, no mesmo município, participações superiores a 25% no capital social de mais de um operador radiofónico com serviços de programas de âmbito local.</p> <p style="text-align: center;">Artigo 18.º</p> <p style="text-align: center;"><b>Alterações subjectivas</b></p> <p>1 - A realização de negócios jurídicos que envolvam a alteração do controlo de empresa detentora de habilitação legal para o exercício da actividade de radiodifusão só pode ocorrer três anos depois da atribuição original da licença, ou um ano após a última renovação, e deve ser sujeita à aprovação prévia da AACS.</p> <p>2 - A AACS decide no prazo de 30 dias, após verificação e ponderação das condições iniciais</p>



<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>de programas fornecidos, garantindo a salvaguarda das condições que habilitaram a decidir sobre o projecto original ou sobre as alterações subsequentes.</p> <p>8 – O disposto nos números anteriores é aplicável, com as necessárias adaptações, às pessoas colectivas de forma não societária, designadamente associações, cooperativas ou fundações que prosseguem a actividade de rádio, devendo a ERC, caso estejam reunidos os pressupostos para a realização da operação, promover as respectivas alterações ao título de habilitação para o exercício da actividade.</p> <p>9 – É permitida, nos termos previstos para a alteração de domínio dos operadores, a cessão de serviços de programas de âmbito local e das respectivas licenças ou autorizações, quando comprovadamente útil para a salvaguarda do projecto licenciado ou autorizado e desde que seja transmitida a universalidade dos bens, dos direitos e das obrigações, incluindo as de natureza laboral, exclusivamente afectos ao serviço de programas em causa.</p> <p>10 – Sem prejuízo das competências da autoridade reguladora nacional das comunicações previstas no regime aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas e às radiocomunicações, a cessão referida no número anterior depende de autorização da ERC, que decide no prazo de 60 dias a contar do pedido.</p>	<p>que foram determinantes para a atribuição do título e dos interesses do auditório potencial dos serviços de programas fornecidos, garantindo a salvaguarda das condições que a habilitaram a decidir sobre o projecto original ou sobre as alterações subsequentes.</p> <p>4 - O regime estabelecido nos números anteriores é aplicável, com as necessárias adaptações, à fusão de cooperativas, devendo a AACS, caso estejam reunidos os pressupostos para a realização da operação, promover as respectivas alterações ao título de habilitação para o exercício da actividade.</p>
<p align="center">Artigo 5.º</p> <p align="center"><b>Serviço público</b></p> <p>O Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio, em regime de concessão, nos termos do capítulo IV.</p>	<p align="center">Artigo 10.º</p> <p align="center"><b>Serviço público</b></p> <p>O Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de radiodifusão, em regime de concessão, nos termos do capítulo IV.</p>
<p align="center">Artigo 6.º</p> <p align="center"><b>Princípio da cooperação</b></p> <p>1 – O Estado, a concessionária do serviço público e os restantes operadores de rádio devem colaborar entre si na prossecução dos valores da dignidade da pessoa humana, do Estado de direito, da sociedade democrática e da coesão nacional e da promoção da língua e da cultura portuguesas.</p> <p>2 – A ERC promove e incentiva a adopção de mecanismos de co-regulação, auto-regulação e cooperação entre os diversos operadores de rádio que permitam alcançar os objectivos referidos no número anterior.</p>	
<p align="center">Artigo 7.º</p> <p align="center"><b>Áreas de cobertura</b></p> <p>1 – Os serviços de programas podem ter cobertura de âmbito internacional, nacional, regional ou local, consoante se destinem a abranger, respectivamente:</p> <p>a) De forma predominante o território de outros países;</p> <p>b) A generalidade do território nacional;</p> <p>c) Um distrito ou conjunto de distritos contíguos ou uma área metropolitana no continente, ou um conjunto de ilhas, nas Regiões Autónomas;</p> <p>d) Um município ou um conjunto de municípios contíguos e eventuais áreas limítrofes, de</p>	<p align="center">Artigo 4.º</p> <p align="center"><b>Tipologia dos serviços de programas de radiodifusão</b></p> <p>1 - Quanto ao nível da cobertura, os serviços de programas podem ser de âmbito nacional, regional ou local, consoante abranjam, com o mesmo sinal recomendado, respectivamente:</p> <p>a) A generalidade do território nacional;</p> <p>b) Um conjunto de distritos no continente ou um conjunto de ilhas nas Regiões Autónomas, ou uma ilha com vários municípios;</p> <p>c) Um município e eventuais áreas limítrofes, de acordo com as exigências técnicas à necessária cobertura daquele.</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>acordo com as exigências técnicas à necessária cobertura daqueles, no continente, ou uma ilha com vários municípios, nas Regiões Autónomas;</p> <p>2 – A área geográfica consignada a cada serviço de programas de âmbito nacional deve ser coberta com o mesmo programa e sinal recomendado, salvo autorização em contrário, a conceder por deliberação da ERC, e sem prejuízo da utilização de meios de cobertura complementares, quando devidamente autorizados.</p> <p>3 – A deliberação referida no número anterior fixa o limite horário de descontinuidade da emissão até ao máximo de duas horas por dia, podendo ser alargado, nos termos nela previstos, em situações excepcionais e devidamente fundamentadas até ao máximo de seis horas por dia.</p> <p>4 – A classificação dos serviços de programas quanto à área de cobertura é efectuada pela ERC no acto da licença ou da autorização, sem prejuízo, relativamente a esta, da sua alteração, nos termos previstos no artigo 26.º.</p>	<p>2 - Quanto ao conteúdo da programação, os serviços de programas podem ser generalistas ou temáticos.</p> <p>3 - A classificação dos serviços de programas quanto ao nível de cobertura e conteúdo da programação compete à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS).</p>
<p align="center">Artigo 8.º</p> <p align="center"><b>Tipologia dos serviços de programas radiofónicos</b></p> <p>1 – Os serviços de programas podem ser generalistas ou temáticos devendo, neste caso, ser classificados de acordo com a característica dominante da programação adoptada ou com o segmento do público a que preferencialmente se dirigem.</p> <p>2 – Consideram-se generalistas os serviços de programas que apresentem um modelo de programação diversificado e dirigido à globalidade do público.</p> <p>3 – Consideram-se temáticos os serviços de programas que apresentem um modelo de programação predominantemente centrado em matérias ou géneros radiofónicos específicos, tais como o musical, informativo ou outro, ou dirigidos preferencialmente a determinados segmentos do público.</p> <p>4 – A classificação dos serviços de programas quanto ao conteúdo da programação é efectuada pela ERC no acto da licença ou da autorização, sem prejuízo da sua posterior alteração, a requerimento dos interessados, de acordo com o disposto no artigo 26.º.</p>	<p align="center">Artigo 2.º</p> <p align="center">Definições</p> <p>1 - Para efeitos da presente lei entende-se por:</p> <p>d) Serviço de programas generalista, o serviço de programas que apresente um modelo de programação universal, abarcando diversas espécies de conteúdos radiofónicos;</p> <p>e) Serviço de programas temático, o serviço de programas que apresente um modelo de programação centrado num determinado conteúdo, musical, informativo ou outro;</p>
<p align="center">Artigo 9.º</p> <p align="center"><b>Serviços de programas académicos</b></p> <p>1 – As frequências reservadas no Quadro Nacional de Atribuição de Frequências para o exercício da actividade de rádio de âmbito local podem ser destinadas à prestação de serviços de programas vocacionados para as populações do Ensino Superior, através de despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da comunicação social, das comunicações e do ensino superior.</p> <p>2 – O despacho referido no número anterior abre o concurso público, a que apenas podem candidatar-se entidades participadas por instituições do ensino superior e associações de estudantes da área geográfica correspondente às frequências a atribuir, devendo conter o respectivo regulamento.</p>	<p align="center">Artigo 5.º</p> <p align="center">Serviços de programas universitários</p> <p>1 - As frequências disponíveis para o exercício da actividade de radiodifusão de âmbito local podem ser reservadas para a prestação de serviços de programas vocacionados para as populações universitárias, através de despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da comunicação social, das comunicações e da educação.</p> <p>2 - O diploma referido no número anterior abrirá concurso público a que apenas podem candidatar-se entidades participadas por instituições do ensino superior e associações de estudantes da área geográfica correspondente às frequências a atribuir, devendo conter o respectivo regulamento.</p> <p>3 - Havendo lugar a selecção de projectos apresentados ao mesmo concurso, a AACS terá em</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>3 – Havendo lugar a selecção de projectos apresentados ao mesmo concurso, a ERC tem em conta, para efeitos de graduação das candidaturas, a diversidade e a criatividade do projecto, a promoção do experimentalismo e da formação de novos valores, a capacidade de contribuir para o debate de ideias e de conhecimentos, bem como a de fomentar a aproximação entre a vida académica e a população local, e ainda a cooperação institucional alcançada pelas entidades signatárias do projecto.</p> <p>4 – Os serviços de programas a que se refere o presente artigo não podem conter qualquer forma de publicidade comercial ou patrocínio, podendo no entanto recorrer a publicidade de carácter institucional relativa a entidades que prossigam fins na área da educação, investigação e ensino superior.</p> <p>5 – Os serviços de programas licenciados ao abrigo deste artigo não são abrangidos pelo artigo 38.º e apenas podem transmitir programação própria, sendo-lhes em tudo o mais aplicável o disposto na presente lei para os serviços de programas temáticos de âmbito local.</p>	<p>conta, para efeitos de graduação das candidaturas, a diversidade e a criatividade do projecto, a promoção do experimentalismo e da formação de novos valores, a capacidade de contribuir para o debate de ideias e de conhecimentos, bem como a de fomentar a aproximação entre a vida académica e a população local, e ainda a cooperação institucional alcançada pelas entidades signatárias do projecto.</p> <p>4 - Os serviços de programas a que se refere o presente artigo não podem incluir qualquer forma de publicidade comercial, incluindo patrocínios.</p> <p>5 - Os serviços de programas licenciados ao abrigo deste artigo não são abrangidos pelo artigo 42.º e apenas podem transmitir programação própria, sendo-lhes em tudo o mais aplicável o disposto na presente lei para os serviços de programas temáticos de âmbito local.</p>
<p align="center">Artigo 10.º</p> <p align="center"><b>Associação de serviços de programas</b></p> <p>1 – Os serviços de programas temáticos que obedeçam a uma mesma tipologia e a um mesmo modelo específico podem, quando emitam a partir de diferentes distritos e de concelhos não contíguos, associar-se entre si, para a transmissão simultânea da programação.</p> <p>2 – A emissão em cadeia prevista no número anterior não pode exceder seis serviços de programas no continente, a que podem acrescer dois nas regiões autónomas.</p> <p>3 – A associação de serviços de programas estabelecida nos termos do presente artigo é identificada em antena sob a mesma designação.</p>	<p align="center">Artigo 30.º</p> <p align="center">Associação de serviços de programas temáticos</p> <p>Os serviços de programas temáticos que obedeçam a um mesmo modelo específico podem associar-se entre si, até ao limite máximo de quatro, para a difusão simultânea da respectiva programação, não podendo entre os emissores de cada um deles mediar uma distância inferior a 100 km.</p>
<p align="center">Artigo 11.º</p> <p align="center"><b>Parcerias de serviços de programas</b></p> <p>1 – Os serviços de programas de âmbito local ou regional podem transmitir em cadeia a programação de outros serviços de programas com a mesma tipologia.</p> <p>2 – Os serviços de programas de âmbito local que integrem uma cadeia nos termos do número anterior devem transmitir um mínimo de seis horas de programação própria, não decomponível em mais do que seis blocos de emissão, entre as sete e as 24 horas e de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 32.º.</p> <p>3 – Às parcerias previstas no presente artigo é aplicável o disposto no n.º 3 do artigo anterior, sem prejuízo do cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 2 do artigo 32.º durante o tempo de programação própria.</p>	
<p align="center">Artigo 12.º</p> <p align="center"><b>Fins da actividade de rádio</b></p> <p>Constituem fins da actividade de rádio, de acordo com a natureza, a temática e a área de cobertura dos serviços de programas disponibilizados:</p>	<p align="center">Artigo 9.º</p> <p align="center">Fins da actividade de radiodifusão</p> <p>1 - Constituem fins dos serviços de programas generalistas de radiodifusão, no quadro dos princípios constitucionais vigentes:</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>a) Contribuir para a informação, a formação e o entretenimento do público;</p> <p>b) Promover o exercício do direito de informar, de se informar e de ser informado, com rigor e independência, sem impedimentos nem discriminações;</p> <p>c) Promover a cidadania e a participação democrática e respeitar o pluralismo político, social e cultural;</p> <p>d) Difundir e promover a cultura e a língua portuguesas e os valores que exprimem a identidade nacional;</p> <p>e) Contribuir para a produção e difusão de uma programação, incluindo informativa, destinada à audiência da respectiva área de cobertura.</p>	<p>a) Promover o exercício do direito de informar e de ser informado, com rigor e independência, sem impedimentos nem discriminações;</p> <p>b) Contribuir para o pluralismo político, social e cultural;</p> <p>c) Contribuir para a formação do público, favorecendo o reconhecimento da cidadania enquanto valor essencial à democracia;</p> <p>d) Promover a cultura e a língua portuguesa e os valores que exprimem a identidade nacional.</p> <p>2 - Constitui ainda fim específico dos serviços de programas generalistas de âmbito local a produção e difusão de uma programação destinada especificamente à audiência do espaço geográfico a que corresponde a licença ou autorização.</p> <p>3 - Os serviços de programas temáticos têm como finalidade contribuir, através do modelo adoptado, para a diversidade da oferta radiofónica na respectiva área de cobertura.</p>
<p align="center"><b>Artigo 13.º</b></p> <p align="center"><b>Incentivos públicos</b></p> <p>1 – Tendo em vista assegurar a possibilidade de expressão e de confronto das diversas correntes de opinião, o Estado organiza um sistema de incentivos à actividade de rádio de âmbito local, previsto em lei própria.</p> <p>2 – As regiões autónomas e os municípios podem estabelecer formas de apoio à actividade de rádio de âmbito local nas áreas territoriais respectivas.</p> <p>3 – A atribuição dos incentivos e dos apoios previstos nos números anteriores obedece, sob pena de nulidade, aos princípios da publicidade, da objectividade, da não discriminação e da proporcionalidade.</p> <p>4 – A concessão de apoios à actividade de rádio pelos municípios está sujeita a aprovação por maioria de dois terços dos membros das respectivas assembleias municipais.</p>	<p align="center"><b>Artigo 11.º</b></p> <p align="center"><b>Incentivos do Estado</b></p> <p>Tendo em vista assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, o Estado organiza um sistema de incentivos não discriminatórios de apoio à radiodifusão sonora local, baseado em critérios gerais e objectivos, determinados em lei específica.</p>
<p align="center"><b>Artigo 14.º</b></p> <p align="center"><b>Normas técnicas</b></p> <p>1 – As condições técnicas do exercício da actividade de rádio e as taxas a pagar pela atribuição de direitos ou pela utilização dos recursos necessários à transmissão são definidas nos termos previstos na legislação aplicável em matéria de comunicações electrónicas.</p> <p>2 – A legislação referida no número anterior fixa os termos em que, havendo necessidade de melhorar a qualidade técnica de cobertura dos serviços de programas licenciados, é possível solicitar a utilização de estações retransmissoras e a localização da respectiva estação emissora fora dos municípios para os quais possuem licença</p>	<p align="center"><b>Artigo 13.º</b></p> <p align="center"><b>Normas técnicas</b></p> <p>1 - A definição das condições técnicas do exercício da actividade de radiodifusão e dos equipamentos a utilizar, dos termos e prazos da atribuição das necessárias licenças radioeléctricas e dos montantes das respectivas taxas constam de diploma regulamentar.</p> <p>2 - O diploma referido no número anterior fixa os termos em que, havendo necessidade de melhorar a qualidade técnica de cobertura dos serviços de programas licenciados, é possível solicitar a utilização de estações retransmissoras e a localização da respectiva estação emissora fora do município cuja área pretende cobrir.</p>
<p align="center"><b>CAPÍTULO II</b></p> <p align="center"><b>Acesso à actividade</b></p> <p align="center"><b>Artigo 15.º</b></p> <p align="center"><b>Requisitos dos operadores</b></p>	<p align="center"><b>Artigo 3.º</b></p> <p align="center"><b>Exercício da actividade de radiodifusão</b></p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center"><b>Lei da Rádio</b></p>
<p>1 – A actividade de rádio que consista na organização de serviços de programas generalistas ou temáticos informativos de âmbito internacional, nacional ou regional apenas pode ser prosseguida, nos termos da presente lei, por pessoas colectivas que tenham por objecto principal o seu exercício.</p> <p>2 – A actividade de rádio que consista na organização de serviços de programas generalistas ou temáticos informativos de âmbito local apenas pode ser prosseguida, nos termos da presente lei, por pessoas colectivas que tenham por objecto principal o exercício de actividades de comunicação social.</p> <p>3 – O disposto nos números anteriores não é aplicável às associações ou às fundações que prossigam finalidades de natureza humanitária, educativa, cultural, científica ou estudantil, quando os respectivos serviços de programas contribuam significativamente para valorizar essas actividades.</p> <p>4 – A actividade de rádio em ondas quilométricas (ondas longas) e decamétricas (ondas curtas) apenas pode ser exercida pela concessionária do serviço público de rádio, sem prejuízo da sua prossecução por outros operadores legalmente habilitados para o efeito à data da entrada em vigor da presente lei.</p>	<p>1 - A actividade de radiodifusão apenas pode ser prosseguida por entidades que revistam a forma jurídica de pessoa colectiva e tenham por objecto principal o seu exercício, nos termos da presente lei.</p> <p align="center"><b>Artigo 23.º</b></p> <p align="center"><b>Radiodifusão em ondas quilométricas e decamétricas</b></p> <p>1 - A actividade de radiodifusão em ondas quilométricas (ondas longas) e decamétricas (ondas curtas) é assegurada pela concessionária do serviço público de radiodifusão, sem prejuízo dos actuais operadores concessionários ou devidamente licenciados.</p> <p>2 - Excepcionalmente, e por razões de interesse público, a actividade a que se refere o número anterior pode ser exercida por outras entidades, mediante contrato de concessão a autorizar por resolução do Conselho de Ministros.</p>
<p align="center"><b>Artigo 16.º</b></p> <p align="center"><b>Restrições</b></p> <p>1 – A actividade de rádio não pode ser exercida ou financiada, directa ou indirectamente, por partidos ou associações políticas, organizações sindicais, patronais ou profissionais, associações públicas profissionais, salvo se aquela actividade for exclusivamente exercida através da Internet e consista na organização de serviços de programas de natureza doutrinária, institucional ou científica.</p> <p>2 – Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, a actividade de rádio não pode ser exercida pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, por autarquias locais ou suas associações, directamente ou através de empresas públicas estaduais ou regionais, empresas municipais, intermunicipais ou metropolitanas, salvo se aquela actividade for exclusivamente exercida através da Internet e consista na organização de serviços de programas de natureza institucional ou científica.</p>	<p align="center"><b>Artigo 6.º</b></p> <p align="center"><b>Restrições</b></p> <p>A actividade de radiodifusão não pode ser exercida ou financiada por partidos ou associações políticas, autarquias locais, organizações sindicais, patronais ou profissionais, directa ou indirectamente através de entidades em que detenham capital ou por si subsidiadas.</p>
<p align="center"><b>Artigo 17.º</b></p> <p align="center"><b>Modalidades de acesso</b></p> <p>1 – O acesso à actividade de rádio é objecto de licenciamento, mediante concurso público, ou de autorização, consoante os serviços de programas a fornecer utilizem, ou não, o espectro hertziano terrestre destinado à radiodifusão, nos termos previstos no Quadro Nacional de Atribuição de Frequências, salvaguardados os direitos já adquiridos por operadores devidamente habilitados.</p> <p>2 – As licenças ou as autorizações para emissão são individualizadas de acordo com o número de serviços de programas a fornecer por cada operador.</p>	<p align="center"><b>Artigo 14.º</b></p> <p align="center"><b>Modalidades de acesso</b></p> <p>1 - O acesso à actividade de radiodifusão é objecto de licenciamento, mediante concurso público ou de autorização, consoante os serviços de programas a fornecer utilizem ou não o espectro hertziano terrestre.</p> <p>2 - As licenças ou autorizações para emissão são individualizadas de acordo com o número de serviços de programas a fornecer por cada operador.</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>3 – A actividade de rádio que consista na difusão de serviços de programas através da Internet não carece de habilitação prévia, estando apenas sujeita a registo, nos termos previstos no artigo 24.º.</p> <p>4 – A difusão de novos serviços de programas pela concessionária do serviço público é autorizada por despacho do membro do Governo responsável pela área da comunicação social ou, quando utilize espectro hertziano terrestre destinado à radiodifusão nos termos previstos no Quadro Nacional de Atribuição de Frequências, por despacho conjunto daquele e do membro do Governo responsável pela área das comunicações.</p>	<p align="center"><b>Artigo 3.º</b></p> <p align="center">Exercício da actividade de radiodifusão</p> <p>4 - As autorizações para o fornecimento de novos serviços de programas pela concessionária do serviço público são atribuídas por despacho do membro do Governo responsável pela área da comunicação social.</p>
<p align="center"><b>Artigo 18.º</b></p> <p align="center"><b>Planificação de frequências</b></p> <p>A planificação do espectro radioeléctrico para o exercício da actividade de rádio compete à autoridade reguladora nacional das comunicações, ouvida a ERC.</p>	
<p align="center"><b>Artigo 19.º</b></p> <p align="center"><b>Concurso público</b></p> <p>1 – O concurso público de licenciamento para o exercício da actividade de rádio e para a atribuição dos correspondentes direitos de utilização de frequências é aberto por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da comunicação social e das comunicações, a qual deve conter o respectivo objecto e regulamento.</p> <p>2 – O regulamento identifica as condições de admissão das candidaturas, assim como a documentação que as deve acompanhar, de forma a permitir a verificação da conformidade dos candidatos e dos projectos às exigências legais e regulamentares, nomeadamente:</p> <p>a) Aos requisitos dos operadores e restrições ao exercício da actividade;</p> <p>b) Às regras sobre pluralismo e não concentração nos meios de comunicação social;</p> <p>c) À correspondência dos projectos ao objecto do concurso;</p> <p>d) À viabilidade económica e financeira dos projectos;</p> <p>e) Às obrigações de cobertura e ao respectivo faseamento;</p> <p>f) À suficiência dos meios humanos e técnicos a afectar;</p> <p>g) À comprovação da situação tributária e contributiva regularizada, podendo a apresentação da respectiva certidão ser dispensada nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de Abril.</p> <p>3 – Para efeito de graduação das candidaturas a concurso e tratando-se de serviços de programas radiofónicos generalistas são tomados em conta os seguintes critérios:</p> <p>a) O contributo de cada um dos projectos para qualificar a oferta radiofónica na área que se propõe cobrir, aferido em função das garantias de defesa do pluralismo, da não concentração e da independência face ao poder político e económico, do destaque concedido à informação e da salvaguarda dos direitos constitucionalmente reconhecidos aos jornalistas;</p> <p>b) O contributo de cada um dos projectos para a diversificação da oferta radiofónica na área que se propõe cobrir, aferido em função da sua originalidade, da valorização da inovação e</p>	<p align="center"><b>Artigo 25.º</b></p> <p align="center">Abertura do concurso</p> <p>1 - As licenças para o exercício da actividade de radiodifusão são atribuídas por concurso público.</p> <p>2 - O concurso público é aberto, após audição da AACS, por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da comunicação social e das comunicações, o qual deve conter o respectivo objecto e regulamento.</p> <p align="center"><b>Artigo 26.º</b></p> <p align="center">Apresentação de candidaturas</p> <p>1 - Os requerimentos para atribuição de licenças para o exercício da actividade de radiodifusão são dirigidos à AACS e entregues, para instrução, no ICS, no prazo fixado no despacho de abertura do concurso público.</p> <p>2 - Para além de outros documentos exigidos no regulamento do concurso, os requerentes devem apresentar uma descrição detalhada dos meios técnicos e humanos afectos ao projecto e da actividade que se propõem desenvolver.</p> <p align="center"><b>Artigo 28.º</b></p> <p align="center">Preferência na atribuição de licenças</p> <p>Havendo lugar, para atribuição de licenças, à selecção de projectos apresentados ao mesmo concurso, a AACS terá em conta, para efeitos de graduação de candidaturas:</p> <p>a) A qualidade do projecto de exploração, aferida em função da ponderação global das linhas gerais de programação, da sua correspondência com a realidade sócio-cultural a que se destina, do estatuto editorial e do número de horas dedicadas à informação de âmbito equivalente ao da área de cobertura pretendida;</p> <p>b) A criatividade e diversidade do projecto;</p>

**PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI**

Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro

**Lei 4/2001****Lei da Rádio**

da criatividade;

c) O contributo de cada um dos projectos para a difusão e promoção da cultura, língua e música portuguesas;

d) O investimento na formação e na qualificação profissional;

e) A qualidade e eficiência técnica do projecto, aferida em função do índice de cobertura proposto, da celeridade de implementação e faseamento da rede, da sua fiabilidade e da forma de interligação das estações emisoras.

4 – Para efeito de graduação das candidaturas a concurso e tratando-se de serviços de programas temáticos, são tomados em conta, quando aplicáveis, os critérios referidos no número anterior.

5 – No concurso público para licenciamento de serviços de programas radiofónicos de âmbito local não é aplicável, para efeitos de graduação, o critério previsto na alínea e) do n.º 3.

6 – O regulamento densifica os critérios de graduação das candidaturas a concurso e atribui a cada um deles uma ponderação relativa.

7 – As candidaturas a concurso público para serviços de programas de rádio de âmbito nacional e regional são avaliadas pelas entidades reguladoras de acordo com as respectivas competências.

8 – As candidaturas a concurso público para serviços de programas de rádio de âmbito local são avaliadas pela ERC.

9 – O regulamento fixa o valor da caução e o respectivo regime de libertação segundo princípios de adequação e proporcionalidade face ao cumprimento das obrigações que visa salvaguardar, tendo em conta a tipologia e a área de cobertura dos serviços de programas a licenciar.

10 – O caderno de encargos especifica as condições do exercício da actividade, devendo estar disponível desde a data da publicação da portaria referida no n.º 1 até ao dia e hora de abertura do acto público correspondente, nos termos nela definidos.

11 – A ERC e a autoridade reguladora nacional das comunicações pronunciam-se prévia e obrigatoriamente sobre o objecto do concurso, respectivo regulamento e caderno de encargos no prazo de 20 dias úteis após a sua recepção.

12 – Decorrido o prazo referido no número anterior, o projecto de regulamento é submetido, por um período de 30 dias, a apreciação pública, sendo para o efeito publicado nos sítios electrónicos dos departamentos governamentais responsáveis.

**Artigo 20.º****Concurso público em plataformas digitais**

As condições de licenciamento para o exercício da actividade de rádio através de plataformas digitais em que o mesmo sinal radioeléctrico suporte vários serviços de programas são reguladas por legislação específica.

c) O menor número de licenças detidas pelo mesmo operador para o exercício da actividade;

d) O maior número de horas destinadas à emissão de música portuguesa.

<b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b> Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro	<b>Lei 4/2001</b> Lei da Rádio
---	-----------------------------------

<p style="text-align: center;"><b>Artigo 21.º</b> <b>Autorizações</b></p> <p>Os pedidos de autorização para o exercício da actividade de rádio são dirigidos à ERC e acompanhados pelos seguintes elementos:</p> <p>a) Pacto social ou estatutos do proponente e código de acesso à certidão permanente da concorrente ou certidão do registo comercial actualizada;</p> <p>b) Denominação, tipologia e descrição do serviço de programas a autorizar;</p> <p>c) Estatuto editorial;</p> <p>d) Descrição dos meios humanos e técnicos a afectar ao projecto;</p> <p>e) Documento comprovativo da regularização da situação fiscal do proponente e perante a segurança social ou autorização, nos termos legalmente previstos, para que a ERC proceda à consulta da respectiva situação tributária e contributiva.</p>	
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 22.º</b> <b>Instrução dos processos</b></p> <p>1 – Os processos de licenciamento a que se refere o n.º 7 do artigo 19.º são instruídos pela ERC, que os submete à autoridade reguladora nacional das comunicações para decisão quanto às condições de admissão e de graduação das candidaturas que respeitem às suas competências.</p> <p>2 – Os processos de licenciamento ou de autorização referidos no n.º 8 do artigo 19.º e no artigo 21.º, são instruídos pela ERC, que solicita parecer à autoridade reguladora nacional das comunicações quanto às condições técnicas das candidaturas.</p> <p>3 – O parecer referido no número anterior tem carácter vinculativo, devendo ser emitido no prazo de 15 dias.</p> <p>4 – A ERC notifica os proponentes de quaisquer insuficiências detectadas nos respectivos processos, devendo estas ser supridas nos 15 dias subsequentes.</p> <p>5 – Os processos de candidatura para atribuição de licença que não preencham as condições de admissão previstas na portaria de abertura do concurso e no respectivo regulamento são excluídos pelas entidades reguladoras competentes, mediante decisão fundamentada.</p> <p>6 – Os processos admitidos devem ser objecto de decisão de atribuição ou de não atribuição dos títulos habilitadores requeridos no prazo de 90 dias, tratando-se de processo de licenciamento, ou de 15 dias, tratando-se de autorização.</p> <p>7 – Os processos relativos à transmissão de licenças previstos no n.º 9 do artigo 4.º são instruídos pela ERC, que os submete à autoridade reguladora nacional das comunicações para decisão quanto à transmissão dos respectivos direitos de utilização de frequências, de acordo com o regime aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas e às radiocomunicações.</p> <p>8 – Os processos referidos no número anterior são objecto de decisão fundamentada pelas</p>	<p style="text-align: center;"><b>Artigo 16.º</b> <b>Instrução dos processos</b></p> <p>1 - Os processos de licenciamento ou autorização são instruídos pelo ICS, que promoverá, para o efeito, a recolha dos necessários pareceres do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), no que respeita às condições técnicas da candidatura.</p> <p>2 - Os processos que não preenchem as condições legais e regulamentares de candidatura não são aceites, sendo a respectiva recusa objecto de despacho do membro do Governo responsável pela área da comunicação social.</p> <p>3 - O ICS submete os processos à apreciação da AACS no prazo de 45 dias após o termo do prazo de apresentação das candidaturas ou após o saneamento dos processos, ou no prazo de 7 dias após a recepção e saneamento, consoante se trate, respectivamente, de licenciamento ou de autorização de serviços de programas.</p> <p>4 - A AACS delibera no prazo de 60 ou de 15 dias, consoante se trate, respectivamente, de licenciamento ou de autorização de serviços de programas.</p>



<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>entidades reguladoras competentes, devendo, no caso da ERC, ser objecto de deliberação nos 45 dias seguintes ao conhecimento da decisão da autoridade reguladora nacional das comunicações.</p>	
<p align="center"><b>Artigo 23.º</b></p> <p align="center"><b>Atribuição de licenças ou autorizações</b></p> <p>1 – Compete à ERC atribuir, renovar, alterar ou revogar as licenças e as autorizações para o exercício da actividade de rádio.</p> <p>2 – As decisões de atribuição e de não atribuição de licenças são expressamente fundamentadas por referência ao preenchimento das condições de admissão e a cada um dos critérios de graduação, bem como às questões suscitadas em audiência de interessados.</p> <p>3 – A decisão de atribuição de uma autorização apenas pode ser recusada pela ERC, mediante decisão fundamentada, quando esteja em causa:</p> <p>a) A conformidade dos operadores e dos respectivos projectos às obrigações legais aplicáveis;</p> <p>b) A fiabilidade técnica do projecto apresentado;</p> <p>c) A regularização da situação fiscal do proponente e perante a segurança social.</p> <p>4 – As decisões de atribuição de licenças ou de autorizações devem ainda enunciar os fins, as obrigações e as condições a que os operadores licenciados ou autorizados e os respectivos serviços de programas se vinculam, sendo notificadas aos interessados e disponibilizadas no sítio electrónico da ERC.</p> <p>5 – Os títulos habilitadores relativos à actividade de rádio contêm, designadamente, a identificação e sede do titular, a classificação e a designação dos respectivos serviços de programas e a área de cobertura.</p> <p>6 – O modelo dos títulos referidos no número anterior é aprovado pela ERC.</p> <p>7 – Compete à autoridade reguladora nacional das comunicações atribuir, renovar, alterar ou revogar o título habilitante que confere os direitos de utilização das frequências radioeléctricas destinadas à disponibilização dos serviços de programas radiofónicos, nos termos previstos na Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de Maio, pela Lei n.º 35/2008, de 28 de Julho, pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de Setembro, sem prejuízo do regime de licenciamento estabelecido na presente lei.</p>	<p align="center"><b>Artigo 15.º</b></p> <p align="center"><b>Emissão das licenças e autorizações</b></p> <p>1 - Compete à AACS atribuir as licenças e as autorizações para o exercício da actividade de radiodifusão, de acordo com o n.º 2 do artigo anterior, bem como proceder às correspondentes renovações.</p> <p>2 - O título de habilitação para o exercício da actividade contém, designadamente, a denominação e o tipo do serviço de programas a que respeita, a identificação e sede do titular, bem como a área de cobertura e, se for o caso, as frequências e potência autorizadas.</p> <p>3 - O modelo do título a que se refere o número anterior é aprovado por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da comunicação social e das comunicações.</p>
<p align="center"><b>Artigo 24.º</b></p> <p align="center"><b>Registo dos operadores</b></p> <p>1 – Compete à ERC organizar um registo dos operadores de rádio e dos respectivos serviços de programas com vista à publicitação da sua propriedade, da sua organização, do seu funcionamento e das suas obrigações, assim como à protecção da sua designação.</p> <p>2 – A ERC procede oficiosamente aos registos e aos averbamentos que decorram da sua actividade de licenciamento e de autorização.</p> <p>3 – Os operadores de rádio estão obrigados a comunicar à ERC os elementos necessários para</p>	<p align="center"><b>Artigo 12.º</b></p> <p align="center"><b>Registo</b></p> <p>1 - Compete ao Instituto da Comunicação Social (ICS) organizar um registo dos operadores radiofónicos e dos respectivos títulos de habilitação para o exercício da actividade de radiodifusão, bem como dos titulares do capital social, quando os operadores revistam forma societária, nos termos fixados em decreto regulamentar.</p> <p>2 - Os operadores radiofónicos estão obrigados a comunicar ao ICS os elementos necessários para efeitos de registo, bem como a proceder à sua actualização, nos termos previstos no</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>efeitos de registo, bem como a proceder à sua actualização, nos termos definidos no Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de Junho, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2008, de 27 de Fevereiro, e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2009, de 27 de Janeiro.</p> <p>4 – A fiscalização da conformidade legal dos elementos do registo obedece aos procedimentos previstos nos estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro.</p>	<p>diploma referido no número anterior.</p> <p>3 - O ICS pode, a qualquer momento, efectuar auditorias para fiscalização e controlo dos elementos fornecidos pelos operadores radiofónicos.</p>
<p align="center">Artigo 25.º</p> <p align="center"><b>Início das emissões</b></p> <p>1 – Os operadores de rádio devem iniciar as emissões dos serviços de programas licenciados ou autorizados no prazo de seis meses a contar da data da decisão final de atribuição do correspondente título habilitador.</p> <p>2 – No caso do concurso a que se refere o artigo 19.º e tratando-se de serviços de programas de âmbito nacional e regional, as obrigações de cobertura e respectivo faseamento são fixados no regulamento do concurso.</p>	<p align="center">Artigo 29.º</p> <p align="center">Início das emissões</p> <p>1 - As emissões devem iniciar-se no prazo de seis meses após a data da publicação no Diário da República da deliberação de atribuição da respectiva licença.</p> <p>2 - Os operadores de radiodifusão com serviços de programas de cobertura nacional ficam obrigados a garantir, no prazo de três anos sobre a data de atribuição das respectivas licenças, a cobertura de 75% do correspondente espaço territorial, devendo o restante ser assegurado no prazo de cinco anos.</p>
<p align="center">Artigo 26.º</p> <p align="center"><b>Observância do projecto licenciado ou autorizado</b></p> <p>1 – O operador de rádio está obrigado ao cumprimento das condições e dos termos do serviço de programas licenciado ou autorizado.</p> <p>2 – A modificação do projecto carece de aprovação expressa da ERC e só pode ocorrer:</p> <p>a) Um ano após a atribuição da autorização ou da cessão do respectivo serviço de programas;</p> <p>b) Dois anos após a atribuição da licença ou da cessão do respectivo serviço de programas, ou após a aprovação da última modificação.</p> <p>3 – O pedido para a modificação deve ser fundamentado tendo em conta, nomeadamente, a evolução tecnológica e de mercado, assim como as implicações para a audiência potencial do serviço de programas em questão.</p> <p>4 – A ERC decide no prazo de 60 dias a contar da data do pedido.</p> <p>5 – A modificação dos projectos licenciados ou autorizados pode abranger a alteração da respectiva classificação quanto ao conteúdo da programação.</p> <p>6 – Os operadores de rádio com serviços de programas autorizados podem ainda solicitar a alteração da respectiva classificação quanto à área de cobertura, nos termos previstos nos números anteriores.</p>	<p align="center">Artigo 19.º</p> <p align="center">Observância do projecto aprovado</p> <p>1 - O operador radiofónico está obrigado ao cumprimento das condições e termos do serviço de programas licenciado ou autorizado.</p> <p>2 - A modificação do serviço de programas só pode ocorrer um ano após a atribuição de licença ou autorização e está sujeita a aprovação da AACCS.</p> <p>3 - O pedido de modificação deve ser fundamentado tendo em conta, nomeadamente, a evolução do mercado e as implicações para a audiência potencial do serviço de programas em questão.</p> <p>4 - No caso de a AACCS não se pronunciar no prazo de 90 dias, considera-se a modificação tacitamente aprovada.</p>
<p align="center">Artigo 27.º</p> <p align="center"><b>Prazo das licenças ou autorizações</b></p> <p>1 – As licenças e as autorizações para o exercício da actividade de rádio são emitidas pelo prazo de 15 anos e renováveis por iguais períodos.</p> <p>2 – O pedido de renovação das licenças ou autorizações deve ser apresentado junto da ERC entre 240 e 180 dias antes do termo do prazo respectivo.</p> <p>3 – A ERC decide sobre o pedido de renovação das licenças ou autorizações até 90 dias antes</p>	<p align="center">Artigo 17.º</p> <p align="center">Prazos</p> <p>1 - As licenças e autorizações são emitidas pelo prazo de 10 anos, renováveis por iguais períodos, mediante solicitação, com seis meses de antecedência, do respectivo titular, devendo a correspondente decisão ser proferida no prazo de três meses a contar da data da apresentação do pedido.</p> <p>2 - No caso de a AACCS não se pronunciar no prazo de três meses, considera-se o pedido de</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>do termo do prazo respectivo.</p> <p>4 – A renovação das licenças e das autorizações é concedida quando o regular cumprimento das obrigações legais a que estão sujeitos os operadores de rádio e os respectivos serviços de programas for verificado pela ERC, no âmbito da sua actividade contínua de regulação e de supervisão.</p>	<p>renovação tacitamente aprovado.</p>
<p align="center">Artigo 28.º</p> <p align="center"><b>Extinção e suspensão das licenças ou autorizações</b></p> <p>1 – As licenças ou autorizações extinguem-se pelo decurso do prazo ou por revogação, nos termos da lei.</p> <p>2 – As licenças e autorizações podem ser suspensas nos casos e nos termos previstos no artigo 69.º e revogadas de acordo com o previsto no artigo 70.º.</p> <p>3 – A revogação e a suspensão das licenças ou autorizações são da competência da ERC.</p>	<p align="center">Artigo 20.º</p> <p align="center"><b>Extinção e suspensão</b></p> <p>1 - As licenças e as autorizações extinguem-se pelo decurso do prazo pelo qual foram atribuídas ou por revogação, podendo ainda ser suspensas nos termos do artigo 69.º</p> <p>2 - A revogação das licenças ou autorizações é da competência da AACS e ocorre nos casos previstos no artigo 70.º</p>
<p align="center">CAPÍTULO III</p> <p align="center"><b>Programação</b></p> <p align="center">SECÇÃO I</p> <p align="center"><b>Liberdade de programação e de informação</b></p> <p align="center">Artigo 29.º</p> <p align="center"><b>Autonomia dos operadores</b></p> <p>1 – A liberdade de expressão do pensamento através da actividade de rádio integra o direito fundamental dos cidadãos a uma informação livre e pluralista, essencial à democracia e ao desenvolvimento social e económico do País.</p> <p>2 – Salvo os casos previstos na presente lei, o exercício da actividade de rádio assenta na liberdade de programação, não podendo a Administração Pública ou qualquer órgão de soberania, com excepção dos tribunais, impedir, condicionar ou impor a difusão de quaisquer programas.</p>	<p align="center">Artigo 34.º</p> <p align="center"><b>Autonomia dos operadores</b></p> <p>1 - A liberdade de expressão do pensamento, através da actividade de radiodifusão, integra o direito fundamental dos cidadãos a uma informação livre e pluralista, essencial à democracia e ao desenvolvimento social e económico do País.</p> <p>2 - Salvo os casos previstos na presente lei, o exercício da actividade de radiodifusão assenta na liberdade de programação, não podendo a Administração Pública ou qualquer órgão de soberania, com excepção dos tribunais, impedir, condicionar ou impor a difusão de quaisquer programas.</p>
<p align="center">Artigo 30.º</p> <p align="center"><b>Limites à liberdade de programação</b></p> <p>1 – A programação radiofónica deve respeitar a dignidade da pessoa humana e os direitos, liberdades e garantias fundamentais.</p> <p>2 – Os serviços de programas radiofónicos não podem, através dos elementos de programação que difundam, incitar ao ódio racial, religioso, político ou gerado pela cor, origem étnica ou nacional, pelo sexo ou pela orientação sexual.</p> <p>3 – É vedada aos operadores de rádio a cedência, a qualquer título, de espaços de propaganda política, sem prejuízo do disposto na presente lei em matéria de direito de antena.</p>	<p align="center">Artigo 35.º</p> <p align="center"><b>Limites à liberdade de programação</b></p> <p>1 - Não é permitida qualquer emissão que atente contra a dignidade da pessoa humana, viole direitos, liberdades e garantias fundamentais ou incite à prática de crimes.</p> <p>2 - É vedada aos operadores radiofónicos a cedência, a qualquer título, de espaços de propaganda política, sem prejuízo do disposto na presente lei em matéria de direito de antena.</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p align="center">Artigo 31.º</p> <p align="center"><b>Direito à informação</b></p> <p>1 – O acesso a locais abertos ao público para fins de cobertura jornalística rege-se pelo disposto no Estatuto do Jornalista, aprovado pela Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro.</p> <p>2 – A cobertura informativa de quaisquer eventos através da actividade de rádio está sujeita às normas legais aplicáveis em matéria de direitos de autor e conexos, incluindo as relativas à utilização livre das obras ou prestações protegidas.</p> <p>3 – Os titulares de direitos decorrentes da organização de espectáculos ou outros eventos públicos não podem opor-se à transmissão radiofónica de breves extractos que se destinem a informar sobre o conteúdo essencial dos acontecimentos em questão.</p> <p>4 – O exercício do direito à informação sobre acontecimentos desportivos, nomeadamente através do seu relato ou comentário radiofónico, não pode ser limitado ou condicionado pela exigência de quaisquer contrapartidas financeiras, salvo as que apenas se destinem a suportar os custos resultantes da disponibilização de meios técnicos ou humanos especificamente solicitados para o efeito pelo operador.</p> <p>5 – O disposto no número anterior aplica-se aos operadores extra-comunitários, desde que igual tratamento seja conferido aos operadores nacionais pela legislação ou autoridades a que aqueles estejam sujeitos, em acontecimentos desportivos de natureza semelhante.</p> <p>6 – Os conflitos resultantes da aplicação do disposto nos n.ºs 3 e 4 são dirimidos, com carácter de urgência, pela ERC, tendo a sua decisão natureza vinculativa.</p>	<p align="center">Artigo 36.º</p> <p align="center">Direito à informação</p> <p>1 - O acesso a locais abertos ao público para fins de cobertura jornalística rege-se pelo disposto no Estatuto do Jornalista.</p> <p>2 - A cobertura informativa de quaisquer eventos através da actividade de radiodifusão está sujeita às normas legais aplicáveis em matéria de direitos de autor e conexos, incluindo as relativas à utilização livre das obras ou prestações protegidas.</p> <p>3 - Os titulares de direitos decorrentes da organização de espectáculos ou outros eventos públicos não podem opor-se à transmissão radiofónica de breves extractos que se destinem a informar sobre o conteúdo essencial dos acontecimentos em questão.</p> <p>4 - O exercício do direito à informação sobre acontecimentos desportivos, nomeadamente através do seu relato ou comentário radiofónico, não pode ser limitado ou condicionado pela exigência de quaisquer contrapartidas financeiras, salvo as que se destinem a suportar os custos resultantes da disponibilização de meios técnicos ou humanos para o efeito requeridos.</p> <p>5 - O disposto no número anterior aplica-se aos operadores radiofónicos licenciados ou autorizados por direito estrangeiro, desde que igual tratamento seja conferido aos operadores nacionais pela legislação ou autoridades a que estejam sujeitos, em acontecimentos desportivos de natureza semelhante.</p>
<p align="center">SECÇÃO II</p> <p align="center"><b>Obrigações dos operadores</b></p> <p align="center">Artigo 32.º</p> <p align="center"><b>Obrigações gerais dos operadores de rádio</b></p> <p>1 – Todos os operadores de rádio devem garantir, na sua programação, designadamente através de práticas de auto-regulação, a observância de uma ética de antena que assegure o respeito pela dignidade da pessoa humana, pelos direitos fundamentais e demais valores constitucionais, em especial o desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes.</p> <p>2 – Constituem, nomeadamente, obrigações gerais dos operadores de rádio em cada um dos seus serviços de programas:</p> <p>a) Assegurar a difusão de uma programação diversificada, que inclua espaços regulares de informação;</p> <p>b) Garantir uma programação e uma informação independentes face ao poder político e ao poder económico;</p> <p>c) Assegurar o respeito pelo pluralismo, rigor e isenção da informação;</p> <p>d) Garantir o exercício dos direitos de resposta e de rectificação, nos termos constitucional e</p>	

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>legalmente previstos;</p> <p>e) Garantir o exercício do direito de antena em períodos eleitorais, nos termos constitucional e legalmente previstos;</p> <p>f) Assegurar a difusão de programas que promovam a cultura, a língua e a música portuguesas;</p> <p>g) Assegurar a identificação em antena dos respectivos serviços de programas.</p> <p>3 – Constitui ainda obrigação dos serviços de programas generalistas ou temático-informativos de âmbito local a difusão de programação, incluindo informativa, com relevância para a audiência da correspondente área de cobertura, nomeadamente nos planos social, económico, científico e cultural.</p> <p>4 – A aplicação das alíneas a), c) e e) do n.º 2 aos serviços de programas temáticos deve ter em conta o seu modelo específico de programação.</p>	
<p align="center">Artigo 33.º</p> <p align="center"><b>Responsabilidade e autonomia editorial</b></p> <p>1 – Cada serviço de programas deve ter um responsável pela orientação e supervisão do conteúdo das emissões.</p> <p>2 – Cada serviço de programas que inclua programação informativa deve ter um responsável pela informação.</p> <p>3 – A designação e a demissão do responsável pelo conteúdo informativo das emissões é da competência do operador de rádio, ouvido o conselho de redacção.</p> <p>4 – A prévia audição do conselho de redacção é dispensada na nomeação do primeiro responsável pelo conteúdo informativo das emissões de cada serviço de programas e nos serviços de programas de natureza doutrinária ou confessional.</p> <p>5 – Os cargos de direcção ou de chefia na área da informação são exercidos com autonomia editorial, estando vedado ao operador de rádio interferir na produção dos conteúdos de natureza informativa, bem como na forma da sua apresentação.</p> <p>6 – Exceptuam-se do disposto no número anterior as orientações que visem o estrito acatamento de prescrições legais cujo incumprimento origine responsabilidade penal ou contra-ordenacional por parte do operador de rádio.</p>	<p align="center">Artigo 37.º</p> <p align="center">Responsável pelo conteúdo das emissões</p> <p>Cada serviço de programas deve ter um responsável pela orientação e supervisão do conteúdo das emissões.</p>
<p align="center">Artigo 34.º</p> <p align="center"><b>Estatuto editorial</b></p> <p>1 – Cada serviço de programas deve adoptar um estatuto editorial que defina claramente a sua orientação e objectivos e inclua o compromisso de respeitar os direitos dos ouvintes, a ética profissional e, nos casos aplicáveis, os princípios deontológicos do jornalismo.</p> <p>2 – O estatuto editorial é elaborado pelos responsáveis a que se refere o artigo anterior, ouvido, quando aplicável, o conselho de redacção e sujeito a aceitação da entidade proprietária, devendo ser remetido, nos 60 dias subsequentes ao início das emissões, à ERC.</p> <p>3 – As alterações introduzidas no estatuto editorial seguem os termos do disposto no número</p>	<p align="center">Artigo 38.º</p> <p align="center">Estatuto editorial</p> <p>1 - Cada serviço de programas deve adoptar um estatuto editorial que defina claramente a sua orientação e objectivos e inclua o compromisso de respeitar os direitos dos ouvintes, bem como os princípios deontológicos dos jornalistas e a ética profissional.</p> <p>2 - O estatuto editorial é elaborado pelo responsável a que se refere o artigo anterior, ouvido o conselho de redacção e sujeito a aceitação da entidade proprietária, devendo ser remetido, nos 60 dias subsequentes ao início das emissões, à AACS.</p> <p>3 - As alterações introduzidas no estatuto editorial seguem os termos do disposto no</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>anterior.</p> <p>4 – No caso de serviços de programas que já tenham iniciado as suas emissões sem ter ainda remetido à ERC o seu estatuto editorial, o prazo referido no n.º 2 conta-se a partir da data da entrada em vigor da presente lei.</p> <p>5 – O estatuto editorial dos serviços de programas radiofónicos deve ser disponibilizado em suporte adequado ao seu conhecimento pelo público, em especial nos respectivos sítios electrónicos.</p>	<p>número anterior.</p> <p>4 - No caso de serviços de programas que já tenham iniciado as suas emissões, o prazo referido no n.º 2 conta-se a partir da data da entrada em vigor da presente lei.</p>
<p align="center">Artigo 35.º</p> <p align="center"><b>Serviços noticiosos</b></p> <p>Os operadores de rádio que forneçam serviços de programas generalistas devem produzir, e neles difundir, diariamente, pelo menos três serviços noticiosos.</p>	<p align="center">Artigo 39.º</p> <p align="center">Serviços noticiosos</p> <p>1 - Os operadores radiofónicos que forneçam serviços de programas generalistas ou temáticos informativos devem produzir, e neles difundir, serviços noticiosos regulares.</p> <p>2 - Os serviços de programas referidos no número anterior devem, recorrendo a produção própria, difundir um mínimo de três serviços noticiosos respeitantes à sua área geográfica, obrigatoriamente transmitidos entre as 7 e as 24 horas, mediando entre eles um período de tempo não inferior a três horas.</p>
<p align="center">Artigo 36.º</p> <p align="center"><b>Qualificação profissional</b></p> <p>1 – As funções de chefia, de coordenação ou de redacção, bem como os serviços noticiosos, são obrigatoriamente assegurados por jornalistas ou por equiparados a jornalistas.</p> <p>2 – Nos serviços de programas de âmbito local, as funções de redacção e os serviços noticiosos podem também ser assegurados por colaboradores da área informativa devidamente credenciados nos termos do Estatuto do Jornalista, aprovado pela Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, e do Decreto-Lei n.º 70/2008, de 15 de Abril, desde que os trabalhos por si produzidos não ultrapassem metade do tempo diário de emissão dedicado à informação.</p>	<p align="center">Artigo 40.º</p> <p align="center">Qualificação profissional</p> <p>1 - Os serviços noticiosos, bem como as funções de redacção, são obrigatoriamente assegurados pelos jornalistas.</p> <p>2 - Nos serviços de programas de âmbito local, os serviços noticiosos e as funções de redacção podem também ser assegurados por equiparados a jornalistas.</p>
<p align="center">Artigo 37.º</p> <p align="center"><b>Programação própria</b></p> <p>1 – Os serviços de programas radiofónicos funcionam com programação própria, excepto nos casos especialmente previstos na presente lei.</p> <p>2 – Os serviços de programas devem indicar a sua denominação e a frequência de emissão pelo menos uma vez em cada hora e sempre que reiniciem um segmento de programação própria.</p>	<p align="center">Artigo 41.º</p> <p align="center">Programação própria</p> <p>1 - Os serviços de programas de cobertura local devem transmitir um mínimo de oito horas de programação própria, a emitir entre as 7 e as 24 horas, salvo o disposto no artigo 30.º</p> <p>2 - Durante o tempo de programação própria, os serviços de programas devem indicar a sua denominação, a frequência da emissão, quando exista, bem como a localidade de onde emitem, a intervalos não superiores a uma hora.</p>
<p align="center">Artigo 38.º</p> <p align="center"><b>Número de horas de emissão</b></p> <p>Os serviços de programas emitidos por via hertziana terrestre devem funcionar 24 horas por dia.</p>	<p align="center">Artigo 42.º</p> <p align="center">Número de horas de emissão</p> <p>Os serviços de programas emitidos por via hertziana terrestre devem funcionar vinte e quatro horas por dia.</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p align="center">Artigo 39.º</p> <p align="center"><b>Gravação e registo das emissões</b></p> <p>1 – As emissões devem ser gravadas e conservadas pelo período mínimo de 30 dias, se outro mais longo não for determinado por lei ou por decisão judicial.</p> <p>2 – Os operadores de rádio devem enviar às entidades representativas dos autores, quando por estas solicitado com a devida antecedência, a lista mensal das obras difundidas nos respectivos serviços de programas, indicando, designadamente, o título da obra, a interpretação e a data da emissão.</p>	<p align="center">Artigo 43.º</p> <p align="center">Registo das emissões</p> <p>1 - As emissões devem ser gravadas e conservadas pelo período mínimo de 30 dias, se outro mais longo não for determinado por lei ou por decisão judicial.</p> <p>2 - Os serviços de programas devem organizar mensalmente um registo das obras difundidas, para efeitos dos correspondentes direitos de autor e conexos, a enviar, durante o mês imediato, quando solicitado, às instituições representativas dos autores.</p> <p>3 - O registo a que se refere o número anterior compreende os seguintes elementos:</p> <p>a) Título da obra;</p> <p>b) Autoria e interpretação;</p> <p>c) Editora ou procedência da obra;</p> <p>d) Data da emissão.</p>
<p align="center">Artigo 40.º</p> <p align="center"><b>Publicidade e patrocínio</b></p> <p>1 – A publicidade radiofónica rege-se pelo disposto no Código da Publicidade, com as especialidades previstas nos números seguintes.</p> <p>2 – A inserção de publicidade não pode afectar a integridade dos programas, devendo ter em conta as suas pausas próprias, duração e natureza.</p> <p>3 – A difusão de materiais publicitários não deve ocupar, diariamente, mais de 20 % do tempo total da emissão dos serviços de programas licenciados.</p> <p>4 – Os espaços de programação patrocinados devem incluir, necessariamente no seu início, a menção expressa desse facto.</p> <p>5 – O conteúdo e a programação de uma emissão patrocinada não podem, em caso algum, ser influenciados pelo patrocinador, de forma a afectar a responsabilidade e a independência editorial do operador de rádio ou dos respectivos directores.</p> <p>6 – Os conteúdos dos programas patrocinados não podem incitar à compra ou locação dos bens ou serviços do patrocinador ou de terceiros, especialmente através de referências promocionais específicas a tais bens ou serviços.</p> <p>7 – Os serviços noticiosos e os programas de informação política não podem ser patrocinados.</p>	<p align="center">Artigo 44.º</p> <p align="center">Publicidade</p> <p>1 - A publicidade radiofónica rege-se pelo disposto no Código da Publicidade, com as especialidades previstas nos números seguintes.</p> <p>2 - Os espaços de programação patrocinados devem incluir, no seu início e termo, a menção expressa desse facto.</p> <p>3 - Os programas de informação geral, designadamente os serviços noticiosos, não podem ser patrocinados.</p> <p>4 - A inserção de publicidade não pode afectar a integridade dos programas, devendo ter em conta as suas pausas próprias, duração e natureza.</p> <p>5 - A difusão de materiais publicitários não deve ocupar, diariamente, mais de 20% do tempo total da emissão dos serviços de programas licenciados.</p>
<p align="center">SECÇÃO III</p> <p align="center"><b>Música portuguesa</b></p> <p align="center">Artigo 41.º</p> <p align="center"><b>Difusão de música portuguesa</b></p> <p>1 – A programação musical dos serviços de programas radiofónicos é obrigatoriamente preenchida, em quota mínima de 25%, com música portuguesa.</p> <p>2 – Para os efeitos do presente artigo, consideram-se música portuguesa as composições</p>	<p align="center">Artigo 44.º-A</p> <p align="center">Difusão de música portuguesa</p> <p>1 - A programação musical dos serviços de programas de radiodifusão sonora é obrigatoriamente preenchida, em quota mínima variável entre 25% e 40%, com música portuguesa.</p> <p>2 - Para os efeitos do presente artigo, consideram-se música portuguesa as composições musicais:</p> <p>a) Que veiculem a língua portuguesa ou reflectam o património cultural português,</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>musicais:</p> <p>a) Que veiculem a língua portuguesa ou reflectam o património cultural português, inspirando-se, nomeadamente, nas suas tradições, ambientes ou sonoridades características, seja qual for a nacionalidade dos seus autores ou intérpretes; ou</p> <p>b) Que, não veiculando a língua portuguesa por razões associadas à natureza dos géneros musicais praticados, representem uma contribuição para a cultura portuguesa.</p>	<p>inspirando-se, nomeadamente, nas suas tradições, ambientes ou sonoridades características, seja qual for a nacionalidade dos seus autores ou intérpretes; ou</p> <p>b) Que, não veiculando a língua portuguesa por razões associadas à natureza dos géneros musicais praticados, representem uma contribuição para a cultura portuguesa.</p>
<p align="center">Artigo 42.º</p> <p align="center"><b>Quotas de difusão no serviço público</b></p> <p>As quotas de música portuguesa no serviço público de rádio são fixadas no respectivo contrato de concessão, não devendo a percentagem de difusão no seu primeiro serviço de programas ser inferior a 60% da totalidade da música nele difundida.</p>	<p align="center">Artigo 44.º-B</p> <p align="center">Serviço público</p> <p>As quotas de música portuguesa no serviço público de radiodifusão sonora são fixadas no respectivo contrato de concessão, não devendo a percentagem de difusão no seu primeiro serviço de programas ser inferior a 60% da totalidade da música nele difundida.</p>
<p align="center">Artigo 43.º</p> <p align="center"><b>Música em língua portuguesa</b></p> <p>A quota de música portuguesa fixada nos termos do n.º 1 do artigo 41.º deve ser preenchida, no mínimo, com 60% de música composta ou interpretada em língua portuguesa por cidadãos dos Estados membros da União Europeia.</p>	<p align="center">Artigo 44.º-C</p> <p align="center">Música em língua portuguesa</p> <p>A quota de música portuguesa fixada nos termos do n.º 1 do artigo 44.º-A deve ser preenchida, no mínimo, com 60% de música composta ou interpretada em língua portuguesa por cidadãos dos Estados membros da União Europeia.</p>
<p align="center">Artigo 44.º</p> <p align="center"><b>Excepções</b></p> <p>1 – O regime estabelecido na presente secção não é aplicável aos serviços de programas temáticos musicais cujo modelo específico de programação se baseie na difusão de géneros musicais insuficientemente produzidos em Portugal.</p> <p>2 – A determinação dos serviços de programas abrangidos pelo número anterior compete à ERC, que torna públicos os critérios a seguir para efeitos da respectiva qualificação.</p>	<p align="center">Artigo 44.º-E</p> <p align="center">Excepções</p> <p>1 - O regime estabelecido na presente secção não é aplicável ao serviço de programas temáticos musicais cujo modelo específico de programação se baseie na difusão de géneros musicais insuficientemente produzidos em Portugal.</p> <p>2 - O disposto no artigo 44.º-D não se aplica aos serviços de programas dedicados exclusivamente à difusão de fonogramas publicados há mais de um ano.</p> <p>3 - A determinação dos serviços de programas abrangidos pelo n.º 1 compete à entidade reguladora para a comunicação social, que torna públicos os critérios a seguir para efeitos da respectiva qualificação.</p>
<p align="center">Artigo 45.º</p> <p align="center"><b>Cálculo das percentagens</b></p> <p>1 – Para efeitos de fiscalização, o cálculo das percentagens previstas na presente secção é efectuado mensalmente e tem como base o número das composições difundidas por cada serviço de programas no mês anterior.</p> <p>2 – As percentagens referidas na presente secção devem igualmente ser respeitadas na programação emitida entre as sete e as 20 horas.</p>	<p align="center">Artigo 44.º-G</p> <p align="center">Cálculo das percentagens</p> <p>1 - Para efeitos de fiscalização, o cálculo das percentagens previstas na presente secção é efectuado mensalmente e tem como base o número das composições difundidas por cada serviço de programas no mês anterior.</p> <p>2 - As percentagens referidas na presente secção devem igualmente ser respeitadas na programação emitida entre as 7 e as 20 horas.</p>



<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p align="center"><b>CAPÍTULO IV</b></p> <p align="center"><b>Serviço público</b></p> <p align="center"><b>Artigo 46.º</b></p> <p align="center"><b>Princípios</b></p> <p>1 – A estrutura e o funcionamento do operador de serviço público de rádio devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração Pública e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.</p> <p>2 – O serviço público de rádio garante a observância dos princípios da universalidade e da coesão nacional, da diversificação, da qualidade e da indivisibilidade da programação, do pluralismo e do rigor, isenção e independência da informação, bem como do princípio da inovação.</p>	
<p align="center"><b>Artigo 47.º</b></p> <p align="center"><b>Obrigações específicas da concessionária do serviço público de rádio</b></p> <p>1 – A concessionária do serviço público de rádio deve, de acordo com os princípios enunciados no artigo anterior, apresentar uma programação de referência que promova a formação e a valorização cultural e cívica dos telespectadores, garantindo o acesso de todos à informação, à educação e ao entretenimento de qualidade.</p> <p>2 – À concessionária incumbe, designadamente:</p> <p>a) Fornecer uma programação variada e abrangente, dirigida e acessível a toda a população, que promova a diversidade cultural e tenha em conta os interesses das minorias;</p> <p>b) Promover e divulgar a criação artística nacional e o conhecimento do património histórico e cultural português, garantindo o acesso do público às manifestações culturais nacionais e a sua cobertura informativa adequada;</p> <p>c) Proporcionar uma informação isenta, rigorosa, plural e contextualizada, que garanta a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e internacionais;</p> <p>d) Garantir a produção e transmissão de programas educativos e de entretenimento destinados ao público jovem e infantil, contribuindo para a sua formação;</p> <p>e) Garantir a transmissão de programas de carácter cultural, educativo e informativo para públicos específicos, incluindo os que compõem as diversas comunidades imigrantes em Portugal;</p> <p>f) Participar em actividades de educação para os meios de comunicação social, garantindo, nomeadamente, a transmissão de programas orientados para esse objectivo;</p> <p>g) Promover a emissão de música portuguesa, de géneros diversificados, atenta a missão dos seus serviços de programas;</p> <p>h) Emitir programas regulares vocacionados para a difusão da língua e cultura portuguesas, destinados especialmente aos portugueses residentes fora de Portugal e a nacionais de</p>	<p align="center"><b>Artigo 47.º</b></p> <p align="center"><b>Missão do serviço público de radiodifusão</b></p> <p>1 - A Radiodifusão Portuguesa, S. A., deve assegurar uma programação de referência, inovadora e com elevados padrões de qualidade, que satisfaça as necessidades culturais, educativas, formativas, informativas e recreativas dos diversos públicos, obrigando-se, designadamente, a:</p> <p>a) Assegurar o pluralismo, o rigor e a imparcialidade da informação, bem como a sua independência perante quaisquer poderes, públicos ou privados;</p> <p>b) Emitir uma programação inovadora e variada, que estimule a formação e a valorização cultural, tendo em especial atenção o público jovem;</p> <p>c) Difundir uma programação agregadora, acessível a toda a população, tendo em conta os seus estratos etários, ocupações e interesses;</p> <p>d) Difundir uma programação que exprima a diversidade social e cultural nacional, combatendo todas as formas de exclusão ou discriminação, e que responda aos interesses minoritários das diferentes categorias do público;</p> <p>e) Garantir a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e estrangeiros;</p> <p>f) Promover e divulgar a criação artística nacional e o conhecimento do património histórico e cultural do País;</p> <p>g) Emitir programas regulares vocacionados para a difusão internacional da língua e cultura portuguesas.</p> <p>2 - Constitui ainda obrigação da Radiodifusão Portuguesa, S. A., incorporar as inovações tecnológicas que contribuam para melhorar a eficiência e a qualidade do serviço de que está incumbida e da actividade de radiodifusão em geral.</p>

<b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b> Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro	<b>Lei 4/2001</b> Lei da Rádio
---	-----------------------------------

<p>outros países de língua oficial portuguesa;</p> <p>i) Garantir o exercício dos direitos de antena, de resposta e de réplica política, nos termos constitucional e legalmente previstos;</p> <p>j) Assegurar a emissão das mensagens cuja difusão seja solicitada pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República ou pelo Primeiro-Ministro e, nas emissões de âmbito regional especialmente destinadas às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, pelos presidentes das respectivas assembleias legislativas e governos regionais;</p> <p>l) Ceder tempo de emissão à Administração Pública, com vista à divulgação de informações de interesse geral, nomeadamente em matéria de saúde, de protecção civil e de segurança pública;</p> <p>m) Manter e actualizar os arquivos sonoros;</p> <p>n) Assegurar a manutenção, actualização e disponibilização ao público, de acordo com os princípios e as normas museológicas aplicáveis, de uma colecção representativa da evolução do meio radiofónico, nos termos do contrato de concessão;</p> <p>o) Desenvolver a cooperação com operadores de rádio dos países de língua portuguesa;</p> <p>p) Manter relações de cooperação e de intercâmbio com organizações internacionais e entidades estrangeiras ligadas à actividade de rádio.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Artigo 48.º</b> Serviços específicos</p> <p>Além de outras obrigações constantes do contrato de concessão, a Radiodifusão Portuguesa, S. A., obriga-se a prestar os seguintes serviços específicos:</p> <p>a) Assegurar, com o devido relevo e a máxima urgência, a divulgação das mensagens cuja difusão seja solicitada pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República e pelo Primeiro-Ministro;</p> <p>b) Assegurar o exercício do direito de antena, bem como do direito de réplica política dos partidos da oposição, nos termos dos artigos 52.º a 57.º;</p> <p>c) Manter e actualizar os arquivos sonoros;</p> <p>d) Assegurar o funcionamento do Museu da Rádio;</p> <p>e) Desenvolver a cooperação com operadores radiofónicos dos países de língua portuguesa;</p> <p>f) Manter relações de cooperação e intercâmbio com organizações internacionais e entidades estrangeiras ligadas à actividade radiofónica.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 48.º</b> <b>Concessão do serviço público de rádio</b></p> <p>1 – O serviço público de rádio é prosseguido através dos meios de difusão e das tecnologias que melhor assegurem a cobertura integral do território e a satisfação das necessidades informativas, formativas, culturais e lúdicas dos cidadãos.</p> <p>2 – A concessão do serviço público de rádio é atribuída por períodos de 15 anos, nos termos de contrato a celebrar entre o Estado e a concessionária.</p> <p>3 – O contrato de concessão estabelece, de acordo com o disposto no presente capítulo, os direitos e obrigações de cada uma das partes, devendo definir os objectivos a alcançar e os critérios qualitativos e quantitativos que assegurem a sua concretização, bem como as respectivas formas de avaliação.</p> <p>4 – O contrato de concessão define os serviços de programas e meios complementares necessários à prossecução do serviço público, assim como a respectiva missão, assegurando uma programação inovadora e de qualidade, que tenha em conta o grande público e os seus diversos segmentos, entre os quais o público jovem, e especialmente atenta à informação, à cultura, à música erudita e ao conhecimento.</p> <p>5 – O contrato de concessão estabelece ainda as restrições em matéria de publicidade comercial aplicáveis ao serviço público de rádio.</p> <p>6 – As emissões de âmbito internacional têm como objectivo, tendo em conta os interesses nacionais respeitantes à ligação às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo ou à cooperação com os países de língua portuguesa, a afirmação, a valorização e a defesa da</p>	<p style="text-align: center;"><b>Artigo 45.º</b> <b>Âmbito da concessão</b></p> <p>1 - A concessão do serviço público de radiodifusão abrange emissões de cobertura nacional, regional e internacionais, que poderão ser redifundidas localmente, analógicas ou digitais, por via hertziana terrestre, cabo, satélite ou por outro meio apropriado, no quadro das autorizações que lhe sejam conferidas para a utilização do espectro radioeléctrico e para o fornecimento de novos serviços de programas.</p> <p>2 - Os termos da concessão são definidos por contrato celebrado entre a concessionária e o Estado.</p> <p>3 - O contrato a que se refere o número anterior carece de parecer da AACS e do conselho de opinião da empresa concessionária, previsto no artigo 51.º, no âmbito das respectivas atribuições.</p>

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>língua portuguesa e da imagem de Portugal no mundo.</p> <p>7 – As emissões de âmbito regional especialmente destinadas às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira devem atender às respectivas realidades sociais e culturais e valorizar a produção regional.</p> <p>8 – O contrato de concessão é objecto de parecer da ERC, nos termos previstos nos respectivos estatutos, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro.</p> <p>9 – O contrato de concessão deve ser revisto no final de cada período de quatro anos, sem prejuízo das alterações que entretanto ocorra fazer.</p> <p>10 – O processo de revisão referido no número anterior deve considerar a avaliação do cumprimento do serviço público e contemplar uma consulta pública sobre os objectivos e critérios de referência para o quadriénio seguinte.</p>	
<p align="center">Artigo 49.º</p> <p align="center"><b>Financiamento e controlo da execução</b></p> <p>1 – O Estado assegura o financiamento do serviço público de rádio e zela pela sua adequada aplicação, nos termos da Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 169-A/2005, de 3 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 230/2007, de 14 de Junho, que aprova o modelo de financiamento do serviço público de rádio e de televisão.</p> <p>2 – O financiamento público deve respeitar os princípios da proporcionalidade e da transparência.</p> <p>3 – O contrato de concessão deve prever um sistema de controlo que verifique o cumprimento das missões de serviço público e a transparência e a proporcionalidade dos fluxos financeiros associados.</p> <p>4 – A concessionária do serviço público de rádio é objecto de auditoria anual a promover pela ERC, que verifica a boa execução do contrato de concessão.</p>	<p align="center">Artigo 49.º</p> <p align="center">Financiamento</p> <p>1 - O financiamento do serviço público de radiodifusão é garantido pelo produto da cobrança da taxa de radiodifusão sonora, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 389/76, de 24 de Maio, além de outras formas de pagamento a fixar ao abrigo de protocolos firmados entre a Administração Pública e a concessionária.</p> <p>2 - A taxa de radiodifusão sonora fica abrangida na alínea a) do n.º 1 do artigo 148.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro.</p> <p align="center">Artigo 50.º</p> <p align="center">Fiscalização do cumprimento do serviço público</p> <p>A fiscalização e a verificação do cumprimento do contrato de concessão entre o Estado e a concessionária do serviço público de radiodifusão, nos termos nele estabelecidos, competem ao Ministro das Finanças e ao membro do Governo responsável pela área da comunicação social.</p>
<p align="center">CAPÍTULO V</p> <p align="center"><b>Direitos de antena, de réplica política, de resposta e rectificação</b></p> <p align="center">SECÇÃO I</p> <p align="center"><b>Disposição comum</b></p> <p align="center">Artigo 50.º</p> <p align="center"><b>Contagem dos tempos de emissão</b></p> <p>Os operadores de rádio asseguram a contagem dos tempos de antena, de réplica política e de resposta ou de rectificação para efeitos do presente capítulo, dando conhecimento dos respectivos resultados aos interessados.</p>	<p align="center">Artigo 78.º</p> <p align="center">Contagem dos tempos de emissão</p> <p>Os responsáveis pelos serviços de programas de rádio asseguram a contagem dos tempos de antena, de réplica política e de resposta ou de rectificação para efeitos da presente lei, dando conhecimento dos respectivos resultados aos interessados.</p>

<b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b> Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro	<b>Lei 4/2001</b> Lei da Rádio
---	-----------------------------------

<p>SECÇÃO II <b>Direito de antena</b></p> <p>Artigo 51.º <b>Acesso ao direito de antena</b></p> <p>1 - Aos partidos políticos, às organizações sindicais, profissionais e representativas das actividades económicas, bem como às associações de defesa do ambiente e do consumidor, e, ainda, às organizações não governamentais que promovam a igualdade de oportunidades e a não discriminação é garantido o direito a tempo de antena no serviço público de rádio.</p> <p>2 - Por tempo de antena entende-se o espaço de programação da responsabilidade do titular do direito, facto que deve ser expressamente mencionado no início e no termo de cada programa.</p> <p>3 - As entidades referidas no n.º 1 têm direito, gratuita e anualmente, aos seguintes tempos de antena:</p> <p>a) Dez minutos por partido representado na Assembleia da República, ou nas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, acrescidos de quinze segundos por cada Deputado eleito;</p> <p>b) Cinco minutos por partido não representado na Assembleia da República, ou nas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, com participação nas mais recentes eleições legislativas, acrescidos de quinze segundos por cada 15 000 votos nelas obtidos;</p> <p>c) Sessenta minutos, por categoria, para as organizações sindicais, profissionais e representativas das actividades económicas e sessenta minutos para as restantes entidades indicadas no n.º 1, a ratear de acordo com a sua representatividade;</p> <p>d) Dez minutos por outras entidades que tenham direito de antena atribuído por lei.</p> <p>4 - No caso das Regiões Autónomas, o direito de antena referido no número anterior é exercido pelos partidos que se apresentaram a sufrágio nas eleições para as Assembleias Legislativas Regionais nos serviços de programas especialmente destinados à respectiva Região.</p> <p>5 - Cada titular não pode utilizar o direito de antena mais de uma vez em cada 15 dias, nem em emissões com duração superior a cinco ou inferior a dois minutos, salvo se o seu tempo de antena for globalmente inferior.</p> <p>6 - Os responsáveis pela programação devem organizar, com a colaboração dos titulares do direito de antena e de acordo com a presente lei, planos gerais da respectiva utilização.</p> <p>7 - Na impossibilidade insanável de acordo sobre os planos referidos no número anterior e a requerimento dos interessados, cabe a arbitragem à ERC.</p> <p>Artigo 52.º <b>Limitação ao direito de antena</b></p> <p>1 - O exercício do direito de antena não pode ocorrer aos sábados, domingos e feriados</p>	<p>Artigo 52.º <b>Acesso ao direito de antena</b></p> <p>1 - Aos partidos políticos, às organizações sindicais, profissionais e representativas das actividades económicas, bem como às associações de defesa do ambiente e do consumidor, e, ainda, às organizações não governamentais que promovam a igualdade de oportunidades e a não discriminação é garantido o direito a tempo de antena no serviço público de rádio.</p> <p>2 - Por tempo de antena entende-se o espaço de programação própria da responsabilidade do titular do direito, facto que deve ser expressamente mencionado no início e no termo de cada programa.</p> <p>3 - As entidades referidas no n.º 1 têm direito, gratuita e anualmente, aos seguintes tempos de antena:</p> <p>a) Dez minutos por partido representado na Assembleia da República, acrescidos de quinze segundos por cada Deputado eleito;</p> <p>b) Cinco minutos por partido não representado na Assembleia da República com participação nas mais recentes eleições legislativas, acrescidos de quinze segundos por cada 15000 votos nelas obtidos;</p> <p>c) Sessenta minutos, por categoria, para as organizações sindicais, profissionais e representativas das actividades económicas e sessenta minutos para as restantes entidades indicadas no n.º 1, a ratear de acordo com a sua representatividade;</p> <p>d) Dez minutos por outras entidades que tenham direito de antena atribuído por lei.</p> <p>4 - Cada titular não pode utilizar o direito de antena mais de uma vez em cada 15 dias, nem em emissões com duração superior a cinco ou inferior a dois minutos, salvo se o seu tempo de antena for globalmente inferior.</p> <p>5 - Os responsáveis pela programação devem organizar, com a colaboração dos titulares do direito de antena e de acordo com a presente lei, planos gerais da respectiva utilização.</p> <p>6 - Na impossibilidade insanável de acordo sobre os planos referidos no número anterior e a requerimento dos interessados, cabe a arbitragem à AACs.</p> <p>Artigo 53.º <b>Limitação ao direito de antena</b></p> <p>1 - O exercício do direito de antena não pode ocorrer aos sábados, domingos e feriados</p>
---	---

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>oficiais, devendo ainda ser suspenso um mês antes da data fixada para o início do período de campanha em qualquer acto eleitoral ou referendário, nos termos da legislação respectiva.</p> <p>2 – O direito de antena é intransmissível.</p>	<p>oficiais, devendo ainda ser suspenso um mês antes da data fixada para o início do período de campanha em qualquer acto eleitoral ou referendário, nos termos da legislação respectiva.</p> <p>2 - O direito de antena é intransmissível.</p>
<p align="center">Artigo 53.º</p> <p align="center"><b>Emissão e reserva do direito de antena</b></p> <p>1 – Os tempos de antena são emitidos no serviço de programas de âmbito nacional de maior audiência entre as 10 e as 20 horas.</p> <p>2 – Os titulares do direito de antena devem solicitar a reserva do tempo de antena a que tenham direito até cinco dias úteis antes da transmissão, devendo a respectiva gravação ser efectuada ou os materiais pré-gravados entregues até 48 horas antes da emissão do programa.</p> <p>3 – Aos titulares do direito de antena são assegurados os indispensáveis meios técnicos para a realização dos respectivos programas em condições de absoluta igualdade.</p>	<p align="center">Artigo 54.º</p> <p align="center">Emissão e reserva do direito de antena</p> <p>1 - Os tempos de antena são emitidos no serviço de programas de cobertura nacional de maior audiência entre as 10 e as 20 horas.</p> <p>2 - Os titulares do direito de antena devem solicitar a reserva do tempo de antena a que tenham direito até cinco dias úteis antes da transmissão, devendo a respectiva gravação ser efectuada ou os materiais pré-gravados entregues até quarenta e oito horas antes da emissão do programa.</p> <p>3 - Aos titulares do direito de antena são assegurados os indispensáveis meios técnicos para a realização dos respectivos programas em condições de absoluta igualdade.</p>
<p align="center">Artigo 54.º</p> <p align="center"><b>Caducidade do direito de antena</b></p> <p>O não cumprimento dos prazos previstos no artigo anterior determina a caducidade do direito, salvo se tiver ocorrido por facto não imputável ao seu titular, caso em que o tempo não utilizado pode ser acumulado ao da utilização programada posterior à cessação do impedimento.</p>	<p align="center">Artigo 55.º</p> <p align="center">Caducidade do direito de antena</p> <p>O não cumprimento dos prazos previstos no artigo anterior determina a caducidade do direito, salvo se tiver ocorrido por facto não imputável ao seu titular, caso em que o tempo não utilizado pode ser acumulado ao da utilização programada posterior à cessação do impedimento.</p>
<p align="center">Artigo 55.º</p> <p align="center"><b>Direito de antena em período eleitoral</b></p> <p>Nos períodos eleitorais, a utilização do direito de antena é regulada pela lei eleitoral.</p>	<p align="center">Artigo 56.º</p> <p align="center">Direito de antena em período eleitoral</p> <p>Nos períodos eleitorais, a utilização do direito de antena é regulada pela lei eleitoral.</p>
<p align="center">SECÇÃO III</p> <p align="center"><b>Direito de réplica política</b></p> <p align="center">Artigo 56.º</p> <p align="center"><b>Direito de réplica política dos partidos da oposição</b></p> <p>1 – Os partidos representados na Assembleia da República não façam parte do Governo têm direito de réplica, no serviço público de rádio e no mesmo serviço de programas, às declarações políticas proferidas pelo Governo que directamente os atinjam.</p> <p>2 – A duração e o relevo concedidos para o exercício do direito referido no número anterior serão iguais aos das declarações que lhes tiverem dado origem.</p> <p>3 – Quando mais de um partido tiver solicitado, através do respectivo representante, o exercício do direito, o tempo é rateado em partes iguais pelos vários titulares, nunca podendo ser inferior a um minuto por cada interveniente.</p> <p>4 – Ao direito de réplica política são aplicáveis, com as devidas adaptações, os procedimentos</p>	<p align="center">Artigo 57.º</p> <p align="center">Direito de réplica política dos partidos da oposição</p> <p>1 - Os partidos representados na Assembleia da República que não façam parte do Governo têm direito de réplica, no serviço público de radiodifusão e no mesmo serviço de programas, às declarações políticas proferidas pelo Governo que directamente os atinjam.</p> <p>2 - A duração e o relevo concedidos para o exercício do direito referido no número anterior serão iguais aos das declarações que lhes tiverem dado origem.</p> <p>3 - Quando mais de um partido tiver solicitado, através do respectivo representante, o exercício do direito, o tempo é rateado em partes iguais pelos vários titulares, nunca podendo ser inferior a um minuto por cada interveniente.</p> <p>4 - Ao direito de réplica política são aplicáveis, com as devidas adaptações, os procedimentos previstos na presente lei para o exercício do direito de resposta.</p> <p>5 - Para efeitos do presente artigo, só se consideram as declarações de política geral ou sectorial feitas pelo Governo em seu nome e como tal identificáveis, não relevando,</p>

<b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b> Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro	<b>Lei 4/2001</b> Lei da Rádio
---	-----------------------------------

<p>previstos na presente lei para o exercício do direito de resposta.</p> <p>5 – Para efeitos do presente artigo, só se consideram as declarações de política geral ou sectorial feitas pelo Governo em seu nome e como tal identificáveis, não relevando, nomeadamente, as declarações de membros do Governo sobre assuntos relativos à gestão dos respectivos departamentos.</p> <p>6 – O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável, no âmbito dos serviços de programas especialmente destinados às Regiões Autónomas, ao direito de réplica política dos partidos representados nas Assembleias Legislativas Regionais que não façam parte dos respectivos Governos Regionais.</p>	<p>nomeadamente, as declarações de membros do Governo sobre assuntos relativos à gestão dos respectivos departamentos.</p>
<p><b>SECÇÃO IV</b> <b>Direitos de resposta e de rectificação</b></p> <p><b>Artigo 57.º</b> <b>Pressupostos dos direitos de resposta e de rectificação</b></p> <p>1 – Tem direito de resposta nos serviços de programas radiofónicos qualquer pessoa singular ou colectiva, organização, serviço ou organismo público que neles tiver sido objecto de referências, ainda que indirectas, que possam afectar a sua reputação ou bom-nome.</p> <p>2 – As entidades referidas no número anterior têm direito de rectificação na rádio sempre que aí tenham sido feitas referências inverídicas ou erróneas que lhes digam respeito.</p> <p>3 – Caso o programa onde as referências aludidas nos números anteriores tenha sido difundido numa emissão em cadeia, os direitos de resposta ou de rectificação podem ser exercidos junto da entidade responsável por essa emissão ou de qualquer operador que a tenha difundido.</p> <p>4 – O direito de resposta e o de rectificação ficam prejudicados se, com a concordância expressa do interessado, o responsável pelo respectivo serviço de programas tiver corrigido ou esclarecido o texto em questão, ou lhe tiver facultado outro meio de expor eficazmente a sua posição.</p> <p>5 – O direito de resposta e o de rectificação são independentes de procedimento criminal a que haja lugar, bem como do direito à indemnização pelos danos causados.</p>	<p><b>Artigo 58.º</b> <b>Pressupostos dos direitos de resposta e de rectificação</b></p> <p>1 - Tem direito de resposta nos serviços de programas de radiodifusão qualquer pessoa singular ou colectiva, organização, serviço ou organismo público que neles tiver sido objecto de referências, ainda que indirectas, que possam afectar a sua reputação ou bom nome.</p> <p>2 - As entidades referidas no número anterior têm direito de rectificação na rádio sempre que aí tenham sido feitas referências inverídicas ou erróneas que lhes digam respeito.</p> <p>3 - Caso o programa onde as referências aludidas nos números anteriores tenha sido difundido numa emissão em cadeia, os direitos de resposta ou de rectificação podem ser exercidos junto da entidade responsável por essa emissão ou de qualquer operador que a tenha difundido.</p> <p>4 - O direito de resposta e o de rectificação ficam prejudicados se, com a concordância expressa do interessado, o responsável pelo respectivo serviço de programas tiver corrigido ou esclarecido o texto em questão, ou lhe tiver facultado outro meio de expor eficazmente a sua posição.</p> <p>5 - O direito de resposta e o de rectificação são independentes de procedimento criminal pelo facto da emissão, bem como do direito à indemnização pelos danos por ela causados.</p>
<p><b>Artigo 58.º</b> <b>Direito à audição da emissão</b></p> <p>1 – O titular do direito de resposta ou de rectificação, ou quem legitimamente o represente nos termos do n.º 1 do artigo seguinte, pode exigir, para efeito do seu exercício, a audição do registo da emissão e sua cópia, mediante pagamento do custo do suporte utilizado, que lhe devem ser facultados no prazo máximo de 24 ou de 48 horas, consoante o pedido seja feito ou não em dia útil.</p> <p>2 – O pedido de audição suspende o prazo para o exercício do direito, que volta a correr 24 horas após o momento em que lhe tenha sido facultado o registo da emissão.</p>	<p><b>Artigo 59.º</b> <b>Direito à audição da emissão</b></p> <p>1 - O titular do direito de resposta ou de rectificação, ou quem legitimamente o represente nos termos do n.º 1 do artigo seguinte, pode exigir, para efeito do seu exercício, a audição do registo da emissão e sua cópia, mediante pagamento do custo do suporte utilizado, que lhe devem ser facultados no prazo máximo de vinte e quatro horas.</p> <p>2 - O pedido de audição suspende o prazo para o exercício do direito, que volta a correr vinte e quatro horas após o momento em que lhe tiver sido facultada.</p>

**PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI**

Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro

**Lei 4/2001**

Lei da Rádio

**Artigo 59.º****Exercício dos direitos de resposta e de rectificação**

- 1 – O exercício do direito de resposta ou de rectificação deve ser requerido pelo próprio titular, pelo seu representante legal ou pelos herdeiros nos 20 dias seguintes à emissão.
- 2 – O prazo do número anterior suspende-se quando, por motivo de força maior, as pessoas nele referidas estiverem impedidas de fazer valer o direito cujo exercício estiver em causa.
- 3 – O texto da resposta ou da rectificação deve ser entregue aos responsáveis pela emissão, com assinatura e identificação do autor, através de procedimento que comprove a sua recepção, invocando expressamente o direito de resposta ou de rectificação ou as competentes disposições legais.
- 4 – O conteúdo da resposta ou da rectificação é limitado pela relação directa e útil com as referências que as tiverem provocado, não podendo exceder 300 palavras, ou o número de palavras da intervenção que lhe deu origem, se for superior.
- 5 – A resposta ou a rectificação não podem conter expressões desproporcionadamente desprimorosas ou que envolvam responsabilidade criminal ou civil, na qual só o autor da resposta ou da rectificação incorre.

**Artigo 60.º****Decisão sobre a transmissão da resposta ou da rectificação**

- 1 – Quando a resposta ou a rectificação forem intempestivas, provierem de pessoa sem legitimidade, carecerem manifestamente de fundamento ou contrariarem o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo anterior, o responsável pelo serviço de programas em causa pode recusar a sua emissão, informando o interessado, por escrito, acerca da recusa e da sua fundamentação, nas 24 horas seguintes à recepção da resposta ou da rectificação.
- 2 – Caso a resposta ou a rectificação violem o disposto nos n.ºs 4 ou 5 do artigo anterior, o responsável convida o interessado, no prazo previsto no número anterior, a proceder à eliminação, nas 48 horas seguintes, das passagens ou expressões em questão, sem o que fica habilitado a recusar a difusão da totalidade do texto.
- 3 – No caso de o direito de resposta ou de rectificação não terem sido satisfeitos ou terem sido infundadamente recusados, o interessado pode recorrer ao tribunal judicial do seu domicílio, no prazo de 10 dias a contar da recusa ou do termo do prazo legal, para a satisfação do direito, ou à ERC, nos termos da legislação especificamente aplicável.
- 4 – Requerida a notificação judicial do responsável pela programação que não tenha dado satisfação ao direito de resposta ou de rectificação, é aquele imediatamente notificado por via postal para contestar no prazo de dois dias úteis, após o que será proferida em igual prazo a decisão, da qual cabe recurso com efeito meramente devolutivo.
- 5 – Só é admitida prova documental, sendo todos os documentos juntos com o requerimento inicial e com a contestação.
- 6 – No caso de procedência do pedido, o serviço de programas emite a resposta ou a

**Artigo 60.º****Exercício dos direitos de resposta e de rectificação**

- 1 - O exercício do direito de resposta ou de rectificação deve ser requerido pelo próprio titular, pelo seu representante legal ou pelos herdeiros nos 20 dias seguintes à emissão.
- 2 - O prazo do número anterior suspende-se quando, por motivo de força maior, as pessoas nele referidas estiverem impedidas de fazer valer o direito cujo exercício estiver em causa.
- 3 - O texto da resposta ou da rectificação deve ser entregue aos responsáveis pela emissão, com assinatura e identificação do autor, através de procedimento que comprove a sua recepção, invocando expressamente o direito de resposta ou de rectificação ou as competentes disposições legais.
- 4 - O conteúdo da resposta ou da rectificação é limitado pela relação directa e útil com as referências que as tiverem provocado, não podendo exceder 300 palavras, ou o número de palavras da intervenção que lhe deu origem, se for superior.
- 5 - A resposta ou a rectificação não podem conter expressões desproporcionadamente desprimorosas ou que envolvam responsabilidade criminal ou civil, na qual só o autor da resposta ou da rectificação incorre.

**Artigo 61.º****Decisão sobre a transmissão da resposta ou da rectificação**

- 1 - Quando a resposta ou a rectificação forem intempestivas, provierem de pessoa sem legitimidade, carecerem manifestamente de fundamento ou contrariarem o disposto nos n.os 4 e 5 do artigo anterior, o responsável pelo serviço de programas em causa pode recusar a sua emissão, informando o interessado, por escrito, acerca da recusa e da sua fundamentação, nas vinte e quatro horas seguintes à recepção da resposta ou da rectificação.
- 2 - Caso a resposta ou a rectificação violem o disposto nos n.os 4 ou 5 do artigo anterior, o responsável convidará o interessado, no prazo previsto no número anterior, a proceder à eliminação, nas quarenta e oito horas seguintes, das passagens ou expressões em questão, sem o que ficará habilitado a recusar a difusão da totalidade do texto.
- 3 - No caso de o direito de resposta ou de rectificação não terem sido satisfeitos ou terem sido infundadamente recusados, o interessado pode recorrer ao tribunal judicial do seu domicílio no prazo de 10 dias a contar da recusa ou do termo do prazo legal para a satisfação do direito, ou à AACs, nos termos da legislação especificamente aplicável.
- 4 - Requerida a notificação judicial do responsável pela programação que não tenha dado satisfação ao direito de resposta ou de rectificação, é aquele imediatamente notificado por via postal para contestar no prazo de dois dias úteis, após o que será proferida em igual prazo a decisão, da qual cabe recurso com efeito meramente devolutivo.
- 5 - Só é admitida prova documental, sendo todos os documentos juntos com o requerimento inicial e com a contestação.

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>rectificação no prazo fixado no n.º 1 do artigo seguinte, acompanhada da menção de que é efectuada por decisão judicial ou da ERC.</p>	<p>6 - No caso de procedência do pedido, o serviço de programas emite a resposta ou a rectificação no prazo fixado no n.º 1 do artigo seguinte, acompanhada da menção de que é efectuada por decisão judicial ou da AACs.</p>
<p align="center">Artigo 61.º</p> <p align="center"><b>Transmissão da resposta ou da rectificação</b></p> <p>1 – A transmissão da resposta ou da rectificação é feita até 24 horas após a recepção do respectivo texto pelo responsável do serviço de programas em causa, salvo o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior.</p> <p>2 – A resposta ou a rectificação são transmitidas gratuitamente no mesmo programa ou, caso não seja possível, em hora de emissão equivalente.</p> <p>3 – A resposta ou a rectificação devem ser transmitidas tantas vezes quantas as emissões da referência que as motivaram.</p> <p>4 – A resposta ou a rectificação são lidas por um locutor do serviço de programas em moldes que assegurem a sua fácil percepção e pode incluir outras componentes áudio sempre que a referência que as motivar tiver utilizado técnica semelhante.</p> <p>5 – A transmissão da resposta ou da rectificação não pode ser precedida nem seguida de quaisquer comentários, à excepção dos necessários para apontar qualquer inexactidão ou erro de facto, os quais podem originar nova resposta ou rectificação, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 57.º.</p>	<p align="center">Artigo 62.º</p> <p align="center">Transmissão da resposta ou da rectificação</p> <p>1 - A transmissão da resposta ou da rectificação é feita até vinte e quatro horas após a recepção do respectivo texto pelo responsável do serviço de programas em causa, salvo o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo anterior.</p> <p>2 - A resposta ou a rectificação são transmitidas gratuitamente no mesmo programa ou, caso não seja possível, em hora de emissão equivalente.</p> <p>3 - A resposta ou a rectificação devem ser transmitidas tantas vezes quantas as emissões da referência que as motivaram.</p> <p>4 - A resposta ou a rectificação são lidas por um locutor do serviço de programas em moldes que assegurem a sua fácil percepção e pode incluir outras componentes áudio sempre que a referência que as motivar tiver utilizado técnica semelhante.</p> <p>5 - A transmissão da resposta ou da rectificação não pode ser precedida nem seguida de quaisquer comentários, à excepção dos necessários para apontar qualquer inexactidão ou erro de facto, os quais podem originar nova resposta ou rectificação, nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 58.º</p>
<p align="center">CAPÍTULO VI</p> <p align="center"><b>Normas sancionatórias</b></p> <p align="center">SECÇÃO I</p> <p align="center"><b>Formas de responsabilidade</b></p> <p align="center">Artigo 62.º</p> <p align="center"><b>Responsabilidade civil</b></p> <p>1 – Na determinação das formas de efectivação da responsabilidade civil emergente de factos cometidos através da actividade de rádio observa-se o regime geral.</p> <p>2 – Os operadores de rádio respondem solidariamente com os responsáveis pela transmissão de materiais previamente gravados, com excepção dos transmitidos ao abrigo dos direitos de antena, de réplica política, de resposta e de rectificação ou no decurso de entrevistas ou de debates protagonizados por pessoas não vinculadas contratualmente ao operador.</p>	<p align="center">Artigo 63.º</p> <p align="center">Responsabilidade civil</p> <p>1 - Na determinação das formas de efectivação da responsabilidade civil emergente de factos cometidos através da actividade de radiodifusão observa-se o regime geral.</p> <p>2 - Os operadores radiofónicos respondem solidariamente com os responsáveis pela transmissão de programas previamente gravados, com excepção dos transmitidos ao abrigo dos direitos de antena, de réplica política ou de resposta e de rectificação.</p>
<p align="center">Artigo 63.º</p> <p align="center"><b>Responsabilidade criminal</b></p> <p>1 – Os actos ou os comportamentos lesivos de bens jurídico-penalmente protegidos, perpetrados por meio da rádio, são punidos nos termos da lei penal e do disposto na presente lei.</p>	<p align="center">Artigo 64.º</p> <p align="center">Responsabilidade criminal</p> <p>1 - Os actos ou comportamentos lesivos de bens jurídico-penalmente protegidos, perpetrados através da actividade de radiodifusão, são punidos nos termos da lei penal e do disposto na presente lei.</p>



<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>2 – Os responsáveis referidos no artigo 33.º apenas respondem criminalmente quando não se oponham, podendo fazê-lo, à comissão dos crimes referidos no n.º 1, através das acções adequadas a evitá-los, caso em que são aplicáveis as penas cominadas nos correspondentes tipos legais, reduzidas de um terço nos seus limites.</p> <p>3 – Tratando-se de declarações correctamente reproduzidas ou de intervenções de opinião, prestadas por pessoas devidamente identificadas, só estas podem ser responsabilizadas, salvo quando o seu teor constitua incitamento ao ódio racial, religioso, político ou gerado pela cor, origem étnica ou nacional, pelo sexo ou pela orientação sexual, ou à prática de um crime, e a sua transmissão não possa ser justificada por critérios jornalísticos.</p> <p>4 – No caso de emissões não consentidas, responde quem tiver determinado a respectiva transmissão.</p> <p>5 – Os técnicos ao serviço dos operadores de rádio não são responsáveis pelas emissões a que derem o seu contributo profissional, se não lhes for exigível a consciência do carácter criminoso do seu acto.</p>	<p>2 - O responsável referido no artigo 37.º apenas responde criminalmente quando não se oponha, podendo fazê-lo, à comissão dos crimes referidos no n.º 1, através das acções adequadas a evitá-los, caso em que são aplicáveis as penas cominadas nos correspondentes tipos legais, reduzidas de um terço nos seus limites.</p> <p>3 - No caso de emissões não consentidas, responde quem tiver determinado a respectiva transmissão.</p> <p>4 - Os técnicos ao serviço dos operadores radiofónicos não são responsáveis pelas emissões a que derem o seu contributo profissional, se não lhes for exigível a consciência do carácter criminoso do seu acto.</p>
<p align="center">Artigo 64.º</p> <p align="center"><b>Actividade ilegal de rádio</b></p> <p>1 – Quem exercer a actividade de rádio sem a correspondente habilitação é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 320 dias.</p> <p>2 – São declarados perdidos a favor do Estado os bens utilizados no exercício ilegal da actividade de rádio, sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa fé.</p> <p>3 – O disposto no n.º 1 é nomeadamente aplicável em caso de:</p> <p>a) Exercício da actividade por entidade diversa da que foi licenciada ou autorizada;</p> <p>b) Incumprimento da decisão de revogação da licença.</p>	<p align="center">Artigo 65.º</p> <p align="center"><b>Actividade ilegal de radiodifusão</b></p> <p>1 - O exercício da actividade de radiodifusão sem a correspondente habilitação legal determina a punição dos responsáveis com prisão até três anos ou com multa até 320 dias.</p> <p>2 - São declarados perdidos a favor do Estado os bens utilizados no exercício ilegal da actividade de radiodifusão, sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa fé.</p>
<p align="center">Artigo 65.º</p> <p align="center"><b>Desobediência qualificada</b></p> <p>O responsável pela programação, ou quem o substitua, incorre no crime de desobediência qualificada quando:</p> <p>a) Não acatar a decisão do tribunal que ordene a transmissão da resposta ou da rectificação, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 60.º;</p> <p>b) Não promover a difusão de decisões judiciais nos exactos termos a que refere o artigo 80.º;</p> <p>c) Não cumprir as deliberações da ERC relativas ao exercício dos direitos de antena, de réplica política, de resposta ou de rectificação.</p>	<p align="center">Artigo 66.º</p> <p align="center"><b>Desobediência qualificada</b></p> <p>O responsável pela programação, ou quem o substitua, incorre no crime de desobediência qualificada quando:</p> <p>a) Não acatar a decisão do tribunal que ordene a transmissão da resposta ou da rectificação, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 61.º;</p> <p>b) Não promover a difusão de decisões judiciais nos exactos termos a que refere o artigo 76.º;</p> <p>c) Não cumprir as deliberações da AACS relativas ao exercício dos direitos de antena, de réplica política, de resposta ou de rectificação.</p>
<p align="center">Artigo 66.º</p> <p align="center"><b>Atentado contra a liberdade de programação e informação</b></p> <p>1 – Quem impedir ou perturbar a emissão de serviços de programas radiofónicos ou apreender ou danificar materiais necessários ao exercício da actividade de rádio, fora dos casos previstos na lei e com o intuito de atentar contra a liberdade de programação ou de</p>	<p align="center">Artigo 67.º</p> <p align="center"><b>Atentado contra a liberdade de programação e informação</b></p> <p>1 - Quem impedir ou perturbar a emissão de serviços de programas ou apreender ou danificar materiais necessários ao exercício da actividade de radiodifusão, fora dos casos previstos na lei e com o intuito de atentar contra a liberdade de programação ou de</p>

<b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b> Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro	<b>Lei 4/2001</b> Lei da Rádio
---	-----------------------------------

<p>informação, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias, se pena mais grave lhe não couber nos termos da lei penal.</p> <p>2 – A aplicação da sanção prevista no número anterior não prejudica a efectivação da responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao operador de rádio.</p> <p>3 – Se o infractor for agente ou funcionário do Estado ou de pessoa colectiva pública e, no exercício das suas funções, praticar os factos descritos no n.º 1, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 320 dias, se pena mais grave lhe não couber nos termos da lei penal.</p>	<p>informação, é punido com prisão até dois anos ou com multa até 240 dias, se pena mais grave lhe não couber nos termos da lei penal.</p> <p>2 - A aplicação da sanção prevista no número anterior não prejudica a efectivação da responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao operador radiofónico.</p> <p>3 - Se o infractor for agente ou funcionário do Estado ou de pessoa colectiva pública e, no exercício das suas funções, praticar os factos descritos no n.º 1, é punido com prisão até três anos ou com multa até 320 dias, se pena mais grave lhe não couber nos termos da lei penal.</p>
<p><b>Artigo 67.º</b> <b>Contra-ordenações</b></p>	<p><b>Artigo 68.º</b> <b>Contra-ordenações</b></p>
<p>1 – Constitui contra-ordenação, punível com coima:</p> <p>a) De € 1 250 a € 12 500, a inobservância do disposto no n.º 4 do artigo 9.º, no n.º 3 do artigo 24.º, na alínea g) do n.º 2 do artigo 32.º, no n.º 1 do artigo 80.º, o incumprimento do disposto na primeira parte do n.º 1 do artigo 52.º, bem como o incumprimento do prazo e a omissão da menção referidos no n.º 6 do artigo 60.º;</p> <p>b) De € 3 000 a € 30 000, a inobservância do disposto no n.º 1 do artigo 41.º, nos artigos 42.º e 43.º e no n.º 2 do artigo 45.º;</p> <p>c) De € 3 750 a € 25 000, a inobservância do disposto no n.º 2 e 3 do artigo 7.º, nos n.ºs 2 e 4 do artigo 33.º, no artigo 34.º, no n.º 2 do artigo 37.º, nos artigos 38.º e 39.º, nos n.ºs 2 a 7 do artigo 40.º, no n.º 5 do artigo 51.º, no n.º 1 do artigo 53.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 56.º, no artigo 61.º, o exercício da actividade de rádio antes do pagamento das taxas a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º, bem como as violações do disposto na segunda parte do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 52.º e do prazo fixado no n.º 1 do artigo 58.º;</p> <p>d) De € 10 000 a € 100 000, a inobservância do disposto no artigo 3.º, nos n.ºs 3 a 6 do artigo 4.º, nos artigos 10.º e 11.º, no n.º 4 do artigo 13.º, nos artigos 15.º, 16.º e 25.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 30.º, no n.º 1 do artigo 31.º, nos artigos 35.º e 36.º, no n.º 1 do artigo 37.º, no n.º 3 do artigo 74.º, a cessão de serviço de programas que não cumpra os requisitos estabelecidos nos n.ºs 9 e 10 do artigo 4.º, a denegação do direito previsto no n.º 1 do artigo 58.º, bem como a permissão, pelo titular da licença ou autorização, da exploração do serviço de programas por terceiros.</p> <p>2 – Tratando-se de serviços de programas de cobertura local, os limites mínimos e máximos das coimas previstos no número anterior são reduzidos para um terço.</p> <p>3 – A negligência é punível, sendo reduzidos a metade os limites mínimos e máximos das coimas previstos nos números anteriores.</p>	<p>Constitui contra-ordenação, punível com coima:</p> <p>a) De 250000\$00 a 2500000\$00, a inobservância do disposto no n.º 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 12.º, no artigo 37.º, no n.º 2 do artigo 41.º, no n.º 3 do artigo 43.º, no n.º 1 do artigo 77.º, o incumprimento do disposto na primeira parte do n.º 1 do artigo 53.º, bem como o incumprimento do prazo e a omissão da menção referidos no n.º 6 do artigo 61.º;</p> <p>b) De 750000\$00 a 5000000\$00, a inobservância do disposto nos n.os 1 a 3 do artigo 38.º, no artigo 42.º, nos n.os 1 e 2 do artigo 43.º, nos n.os 2 a 5 do artigo 44.º, no n.º 4 do artigo 52.º, no n.º 1 do artigo 54.º, no n.º 2 do artigo 57.º, no n.º 1 do artigo 61.º, no artigo 62.º, bem como o exercício da actividade de radiodifusão antes do pagamento das taxas a que se refere o n.º 1 do artigo 13.º, as violações do disposto na segunda parte do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 53.º e do prazo fixado no n.º 1 do artigo 59.º;</p> <p>c) De (euro) 3000 a (euro) 15000, quando cometida por rádios de cobertura local, de (euro) 15000 a (euro) 30000, quando cometida por rádios de cobertura regional, e de (euro) 30000 a (euro) 50000, quando cometida por rádios de cobertura nacional, a inobservância do disposto no n.º 1 do artigo 44.º-A, nos artigos 44.º-B, 44.º-C e 44.º-D e no n.º 2 do artigo 44.º-G;</p> <p>d) De 2000000\$00 a 20000000\$00, a inobservância do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 7.º, nos n.os 1 e 2 do artigo 19.º, no artigo 30.º, nos n.os 1 e 2 do artigo 35.º, nos artigos 39.º e 40.º, no n.º 1 do artigo 41.º, no n.º 3 do artigo 71.º, a violação das obrigações de comunicação a que se referem o n.º 2 do artigo 7.º e o n.º 1 do artigo 18.º, a denegação do direito previsto no n.º 1 do artigo 59.º, assim como a violação dos limites máximos de potência de emissão fixados nos respectivos actos de licenciamento técnico.</p>
<p><b>Artigo 68.º</b> <b>Sanções acessórias</b></p>	<p><b>Artigo 69.º</b> <b>Sanções acessórias</b></p>
<p>1 – As contra-ordenações previstas nas alíneas b) e d) do n.º 1 artigo anterior podem dar lugar, atenta a gravidade do ilícito e a culpa do agente, à sanção acessória de suspensão da</p>	<p>1 - O desrespeito reiterado das condições e termos do projecto aprovado, as participações proibidas em mais de um operador, a violação das regras sobre associação de serviços de</p>

licença ou autorização do serviço de programas em que a infracção foi cometida por período não superior a 30 dias.

2 – A inobservância do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 30.º, punida nos termos da alínea *d*) do n.º 1 artigo anterior, pode dar lugar, atenta a gravidade do ilícito e a culpa do agente, à sanção acessória de suspensão das emissões do serviço de programas nas quais se verificou a prática da infracção por período não superior a 30 dias, excepto quando se trate de emissões publicitárias, a que se aplicam as sanções acessórias e as medidas cautelares previstas no Código da Publicidade.

3 – A inobservância do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 30.º, quando cometida no exercício do direito de antena, e no n.º 2 do artigo 52.º, punida nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo anterior, pode dar lugar, atenta a gravidade do ilícito e a culpa do agente, à sanção acessória de suspensão do exercício do mesmo direito por períodos de 3 a 12 meses, com um mínimo de 6 meses em caso de reincidência, sem prejuízo de outras sanções previstas na lei.

4 – A aplicação de coima pela violação do disposto nos artigos 10.º e 11.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 30.º e nos artigos 35.º a 37.º pode ainda dar lugar à sanção acessória de publicitação de decisão condenatória, nos termos fixados pela entidade competente.

5 – A prática de contra-ordenação prevista na alínea *d*) do n.º 1 do artigo anterior através de serviço de programas que tenha sido objecto da aplicação de duas medidas de suspensão da licença ou autorização nos três anos anteriores à prática do acto ilícito dá lugar à revogação da licença ou autorização.

6 – O recurso contencioso da aplicação de sanções acessórias tem efeito suspensivo até o trânsito em julgado da respectiva decisão.

**Artigo 69.º**

**Atenuação especial e dispensa da suspensão e da coima**

1 – Caso se verifiquem as circunstâncias das quais a lei geral faz depender a atenuação especial da pena:

a) Tratando-se de contra-ordenação prevista nas alíneas *a*) a *c*) do n.º 1 do artigo 67.º, aplica-se o disposto no n.º 3 do artigo 18.º do Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social;

b) Tratando-se de contra-ordenação prevista na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 67.º, os limites da coima são reduzidos em um terço, podendo não ser decretada a suspensão da licença ou da autorização do serviço de programas.

2 – Tratando-se de contra-ordenação prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 67.º, pode o agente ser dispensado da coima quando se verificarem as circunstâncias das quais o Código Penal faz depender a dispensa da pena.

programas temáticos e o incumprimento das obrigações relativas à produção e difusão de serviços noticiosos, bem como a repetida inobservância da transmissão do número obrigatório de horas de emissão ou de programação própria nos casos não cobertos pela previsão da alínea *d*) do artigo 70.º, poderão dar lugar, atenta a gravidade do ilícito, à sanção acessória de suspensão da licença ou autorização para o exercício da actividade por período não superior a três meses.

2 - A inobservância do disposto no n.º 1 do artigo 35.º, punida nos termos da alínea *c*) do artigo anterior, pode ainda dar lugar à sanção acessória de suspensão das emissões do serviço de programas onde se verificou a prática do ilícito por período não superior a três meses, excepto quando se trate de emissões publicitárias, a que se aplicarão as sanções acessórias e as medidas cautelares previstas no Código da Publicidade.

3 – A inobservância do disposto no n.º 1 do artigo 44.º-A e nos artigos 44.º-B, 44.º-C e 44.º-D e no n.º 2 do artigo 44.º-G, punida nos termos da alínea *c*) do artigo anterior, pode ainda dar lugar à sanção acessória de suspensão, por período não superior a três meses, do título de habilitação para a emissão do serviço de programas onde se verificou a prática do ilícito.

4 – A inobservância do disposto no artigo 35.º, quando cometida no exercício do direito de antena, e no n.º 2 do artigo 53.º, prevista na alínea *b*) do artigo anterior, pode ainda, consoante a gravidade da infracção, ser punida com a sanção acessória de suspensão do exercício do mesmo direito por períodos de 3 a 12 meses, com um mínimo de 6 meses em caso de reincidência, sem prejuízo de outras sanções previstas na lei.

5 - A aplicação de coima pela violação do disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 19.º, no artigo 30.º, nos n.os 1 e 2 do artigo 35.º, nos artigos 39.º e 40.º e no n.º 1 do artigo 41.º pode ainda dar lugar à sanção acessória de publicitação de decisão condenatória, nos termos fixados pela entidade competente.

6 - O recurso contencioso da aplicação da sanção acessória prevista nos números anteriores tem efeito suspensivo até o trânsito em julgado da respectiva decisão.

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p align="center">Artigo 70.º</p> <p align="center"><b>Responsáveis</b></p> <p>Pelas contra-ordenações previstas no artigo 67.º responde o operador de rádio em cujo serviço de programas tiver sido cometida a infracção, excepto quanto à violação do n.º 2 do artigo 52.º, pela qual responde o titular do direito de antena.</p>	
<p align="center">Artigo 71.º</p> <p align="center"><b>Revogação das licenças ou autorizações</b></p> <p>1 – A revogação das licenças ou autorizações concedidas é determinada pela ERC quando se verificar:</p> <p>a) O não início dos serviços de programas licenciados no prazo fixado no n.º 1 do artigo 25.º ou a ausência de emissões por um período superior a dois meses, salvo autorização devidamente fundamentada, caso fortuito ou de força maior;</p> <p>b) A exploração do serviço de programas por entidade diversa do legítimo titular da licença ou da autorização;</p> <p>c) A insolvência do operador de rádio.</p> <p>2 – A revogação das licenças ou das autorizações pode ainda ser determinada pela ERC com a terceira condenação do operador de rádio no âmbito de um mesmo serviço de programas, num período temporal não superior a três anos, pela prática de contra-ordenação prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 67.º.</p>	<p align="center">Artigo 70.º</p> <p align="center"><b>Revogação das licenças ou autorizações</b></p> <p>A revogação das licenças ou autorizações concedidas é determinada pela AACS quando se verificar:</p> <p>a) O não início dos serviços de programas licenciados no prazo fixado no n.º 1 do artigo 29.º ou a ausência de emissões por um período superior a dois meses, salvo autorização devidamente fundamentada, caso fortuito ou de força maior;</p> <p>b) A exploração do serviço de programas por entidade diversa do titular da licença ou autorização;</p> <p>c) A realização de negócios jurídicos que impliquem uma alteração do controlo da empresa detentora da correspondente habilitação legal, sem observância das formalidades referidas no artigo 18.º ou antes de decorrido o prazo aí estabelecido;</p> <p>d) A realização de emissões em cadeia não autorizadas nos termos da presente lei;</p> <p>e) A reincidência em comportamento que tenha determinado a aplicação de medida de suspensão da licença ou autorização ou, independentemente do facto que lhe deu origem, a aplicação de duas medidas de suspensão no prazo de três anos;</p> <p>f) A falência do operador radiofónico.</p>
<p align="center">Artigo 72.º</p> <p align="center"><b>Suspensão da execução</b></p> <p>1 – Pode ser suspensa a execução da suspensão da licença ou da autorização do serviço de programas por um período de três meses a um ano, quando o operador não tiver sido sancionado por contra-ordenação há, pelo menos, um ano e a ERC possa razoavelmente esperar que com a suspensão se alcance a finalidade da suspensão da licença ou autorização.</p> <p>2 – A suspensão da execução pode ser condicionada à prestação de caução de boa conduta, a fixar entre € 1 000 e € 15 000, tendo em conta a duração da suspensão e o âmbito de cobertura do serviço de programas em causa.</p> <p>3 – A suspensão da execução é sempre revogada se, durante o respectivo período, o infractor cometer contra-ordenação prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 67.º.</p> <p>4 – A revogação determina o cumprimento da suspensão cuja execução estava suspensa e a quebra da caução.</p>	
<p align="center">Artigo 73.º</p> <p align="center"><b>Processo abreviado</b></p> <p>1 – No caso de infracção ao disposto no n.º 3 do artigo 40.º e em qualquer outro caso em que</p>	

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>a ERC dispuser de gravação ou de outro registo automatizado dos factos que constituem a infracção, logo que adquirida a notícia da infracção, o operador é notificado:</p> <p>a) Dos factos constitutivos da infracção;</p> <p>b) Das normas legais violadas;</p> <p>c) Das sanções aplicáveis;</p> <p>d) Do prazo concedido para apresentação da defesa.</p> <p>2 – O arguido pode, no prazo de 10 dias a contar da notificação, apresentar a sua defesa, por escrito, com a indicação de meios de prova que entenda deverem ser produzidos.</p>	
<p align="center"><b>Artigo 74.º</b></p> <p align="center"><b>Fiscalização</b></p> <p>1 – A fiscalização do cumprimento do disposto na presente lei incumbe à ERC.</p> <p>2 – A fiscalização das instalações das estações emisoras e retransmissoras, das condições técnicas das emissões e da protecção à recepção radioelétrica das mesmas compete à autoridade reguladora nacional das comunicações, no quadro da regulamentação aplicável.</p> <p>3 – Os operadores de rádio devem facultar o acesso dos agentes fiscalizadores a todas as instalações, equipamentos, documentos e outros elementos necessários ao exercício da sua actividade.</p>	<p align="center"><b>Artigo 71.º</b></p> <p align="center"><b>Fiscalização</b></p> <p>1 - A fiscalização do cumprimento do disposto na presente lei incumbe ao ICS e, em matéria de publicidade, também ao Instituto do Consumidor, sem prejuízo das competências de qualquer outra entidade legalmente habilitada para o efeito.</p> <p>2 - A fiscalização das instalações das estações emisoras e retransmissoras, das condições técnicas das emissões e da protecção à recepção radioelétrica das mesmas compete ao ICP, no quadro da regulamentação aplicável.</p> <p>3 – A fiscalização do cumprimento do disposto na secção III do capítulo III da presente lei incumbe à entidade reguladora para a comunicação social.</p> <p>4 – Os operadores radiofónicos devem facultar o acesso dos agentes fiscalizadores a todas as instalações, equipamentos, documentos e outros elementos necessários ao exercício da sua actividade.</p>
<p align="center"><b>Artigo 75.º</b></p> <p align="center"><b>Competência e procedimentos sancionatórios</b></p> <p>1 – Compete à ERC a instrução dos processos de contra-ordenação previstos na presente lei e ao seu Presidente a aplicação das coimas e sanções acessórias correspondentes.</p> <p>2 – Os processos de contra-ordenação regem-se pelo disposto no Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social e, subsidiariamente, pelo disposto no Código de Processo Penal, com excepção das normas especiais previstas na presente lei.</p>	<p align="center"><b>Artigo 72.º</b></p> <p align="center"><b>Processamento das contra-ordenações e aplicação das coimas</b></p> <p>1 - O processamento das contra-ordenações compete à entidade responsável pela aplicação das coimas correspondentes, excepto o das relativas à violação dos artigos 35.º, quando cometida através de emissões publicitárias, e 44.º, o qual incumbe ao Instituto do Consumidor.</p> <p>2 - Compete ao presidente do ICS a aplicação das coimas e sanções acessórias previstas na presente lei, com excepção das relativas à violação:</p> <p>a) Dos artigos 18.º, 19.º, 35.º, 37.º, 38.º, 44.º-A a 44.º-G e 52.º a 62.º, que incumbe à entidade reguladora para a comunicação social;</p> <p>b) Do artigo 35.º, quando cometida através de emissões publicitárias, e dos n.os 2, 3 e 5 do artigo 44.º, da responsabilidade da comissão de aplicação de coimas prevista no Código da Publicidade.</p> <p>3 - A receita das coimas reverte em 60% para o Estado e em 40% para o ICS, quando competente para a sua aplicação, ou em 60% para o Estado, 20% para a entidade fiscalizadora e 20% para a entidade responsável pelo processamento das contra-ordenações respeitantes à violação dos artigos 35.º, quando cometida através de emissões publicitárias,</p>

<b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b> Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro	<b>Lei 4/2001</b> Lei da Rádio
---	-----------------------------------

<b>Artigo 76.º</b> <b>Produto das coimas</b> A receita das coimas reverte em: a) 60% para o Estado; b) 40% para a ERC.	e 44.º
<b>SECÇÃO II</b> <b>Disposições especiais de processo</b>  <b>Artigo 77.º</b> <b>Forma do processo</b> O procedimento pelas infracções criminais cometidas através da actividade de rádio rege-se pelas disposições do Código de Processo Penal e da legislação complementar, com as especialidades decorrentes da presente lei.	<b>Artigo 73.º</b> <b>Forma do processo</b> O procedimento pelas infracções criminais cometidas através da actividade de radiodifusão rege-se pelas disposições do Código de Processo Penal e da legislação complementar, com as especialidades decorrentes da presente lei.
<b>Artigo 78.º</b> <b>Competência territorial</b> 1 – Para conhecer dos crimes previstos na presente lei é competente o tribunal da comarca do local onde o operador de rádio tenha a sua sede ou representação permanente. 2 – Exceptuam-se do disposto no número anterior os crimes cometidos contra o bom nome e reputação, a reserva da vida privada ou outros bens da personalidade, cuja apreciação é da competência do tribunal da comarca do domicílio do ofendido. 3 – No caso de transmissões radiofónicas por entidade não habilitada nos termos da lei, e não sendo conhecido o elemento definidor da competência nos termos do n.º 1, é competente o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.	<b>Artigo 74.º</b> <b>Competência territorial</b> 1 - Para conhecer dos crimes previstos na presente lei é competente o tribunal da comarca do local onde o operador radiofónico tenha a sua sede ou representação permanente. 2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os crimes cometidos contra o bom nome e reputação, a reserva da vida privada ou outros bens da personalidade, cuja apreciação é da competência do tribunal da comarca do domicílio do ofendido. 3 - No caso de transmissões radiofónicas por entidade não habilitada nos termos da lei, e não sendo conhecido o elemento definidor da competência nos termos do n.º 1, é competente o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.
<b>Artigo 79.º</b> <b>Regime de prova</b> 1 – Para prova dos pressupostos do exercício dos direitos de resposta ou de rectificação, e sem prejuízo de outros meios admitidos por lei, o interessado pode requerer, nos termos do artigo 528.º do Código de Processo Civil, que o operador de rádio seja notificado para apresentar, no prazo da contestação, as gravações da emissão em causa. 2 – Para além da referida no número anterior, só é admitida prova documental que se junte com o requerimento inicial ou com a contestação.	<b>Artigo 75.º</b> <b>Regime de prova</b> 1 - Para prova dos pressupostos do exercício dos direitos de resposta ou de rectificação, e sem prejuízo de outros meios admitidos por lei, o interessado pode requerer, nos termos do artigo 528.º do Código de Processo Civil, que o operador radiofónico seja notificado para apresentar, no prazo da contestação, as gravações da emissão em causa. 2 - Para além da referida no número anterior, só é admitida prova documental que se junte com o requerimento inicial ou com a contestação.
<b>Artigo 80.º</b> <b>Difusão das decisões</b> 1 – A requerimento do Ministério Público ou do ofendido, e mediante decisão judicial que fixa os prazos e horário para o efeito, a parte decisória das sentenças condenatórias transitadas em julgado por crimes cometidos através da actividade de rádio, assim como a identidade das partes, são difundidas no serviço de programas onde foi praticado o ilícito.	<b>Artigo 76.º</b> <b>Difusão das decisões</b> A requerimento do Ministério Público ou do ofendido, e mediante decisão judicial que fixará os prazos e horário para o efeito, a parte decisória das sentenças condenatórias transitadas em julgado por crimes cometidos através da actividade de radiodifusão, assim como a identidade das partes, são difundidas no serviço de programas onde foi praticado o ilícito.

<p align="center"><b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b></p> <p align="center">Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro</p>	<p align="center"><b>Lei 4/2001</b></p> <p align="center">Lei da Rádio</p>
<p>2 – O acusado em processo-crime noticiado através da rádio e posteriormente absolvido por sentença transitada em julgado, pode requerer ao tribunal que o teor dessa sentença seja igualmente noticiado pelo operador de rádio no mesmo serviço de programas e em horário, espaço e com destaque radiofónico equivalentes.</p> <p>3 – A difusão da parte decisória das sentenças a que se referem os números anteriores deve efectuar-se de modo a salvaguardar os direitos de terceiros.</p>	
<p align="center">CAPÍTULO VII</p> <p align="center"><b>Conservação do património radiofónico</b></p> <p align="center">Artigo 81.º</p> <p align="center"><b>Registos de interesse público</b></p> <p>1 – Os operadores de rádio de âmbito nacional e regional devem organizar arquivos sonoros e musicais com o objectivo de conservação dos registos de interesse público.</p> <p>2 – A cedência e utilização dos registos referidos no número anterior são definidas por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela cultura e pela comunicação social, tendo em atenção o seu valor histórico, educacional e cultural para a comunidade, cabendo a responsabilidade pelos direitos de autor à entidade requisitante.</p>	<p align="center">Artigo 77.º</p> <p align="center">Registos de interesse público</p> <p>1 - Os operadores radiofónicos devem organizar arquivos sonoros e musicais com o objectivo de conservação dos registos de interesse público.</p> <p>2 - A cedência e utilização dos registos referidos no número anterior são definidas por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela cultura e pela comunicação social, tendo em atenção o seu valor histórico, educacional e cultural para a comunidade, cabendo a responsabilidade pelos direitos de autor à entidade requisitante.</p>
<p align="center">CAPÍTULO VIII</p> <p align="center"><b>Disposições complementares, finais e transitórias</b></p> <p align="center">Artigo 82.º</p> <p align="center"><b>Exercício da actividade através da Internet</b></p> <p>Ao exercício da actividade de rádio exclusivamente através da Internet apenas são aplicáveis, directamente ou com as necessárias adaptações, os artigos 2.º e 16.º, o n.º 4 do artigo 17.º, os artigos 24.º, 29.º a 34.º, 39.º, 40.º, 50.º, 57.º a 63.º, 65.º a 70.º e 72.º a 79.º.</p>	
<p align="center">Artigo 83.º</p> <p align="center"><b>Rádio digital terrestre</b></p> <p>As licenças detidas pelos operadores de rádio analógica constituem habilitação bastante para o exercício da respectiva actividade por via hertziana digital terrestre, nos termos a definir em legislação específica.</p>	<p align="center">Artigo 22.º</p> <p align="center">Emissões digitais</p> <p>As licenças detidas pelos operadores de radiodifusão analógica constituem habilitação bastante para o exercício da respectiva actividade por via hertziana digital terrestre, nos termos a definir em legislação específica.</p>
<p align="center">Artigo 84.º</p> <p align="center"><b>Regularização de títulos</b></p> <p>1 – O exercício da actividade de rádio de âmbito local por entidades a quem tenha sido atribuído esse direito por acto administrativo expresso e sem concurso público rege-se pelo disposto na presente lei, contando-se o prazo dos respectivos títulos a partir da data da respectiva entrada em vigor.</p> <p>2 – A utilização de frequências atribuídas por acto administrativo expresso e sem concurso público para serviços de programas radiofónicos de âmbito local fica sujeita ao regime da Lei</p>	

<b>PROPOSTA DE LEI N.º 28/XI</b> Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro	<b>Lei 4/2001</b> Lei da Rádio
---	-----------------------------------

<p>n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de Maio, pela Lei n.º 35/2008, de 28 de Julho, pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de Setembro, contando-se o prazo dos respectivos títulos a partir da data da entrada em vigor da presente lei.</p> <p>3 – O prazo de duração das licenças ou autorizações previsto no n.º 1 do artigo 27.º é aplicável aos títulos habilitadores atribuídos ou renovados depois de 1 de Janeiro de 2008, devendo a ERC promover oficiosamente os averbamentos a que haja lugar, aplicando-se, quanto aos restantes, o prazo que já tenha sido determinado por acto legislativo ou o legalmente vigente à data da sua atribuição ou renovação.</p>	
<p style="text-align: center;">Artigo 85.º</p> <p style="text-align: center;"><b>Norma transitória</b></p> <p>O disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 4.º e no n.º 2 do artigo 16.º não é aplicável às situações validamente constituídas à data da entrada em vigor da presente lei.</p>	
<p style="text-align: center;">Artigo 86.º</p> <p style="text-align: center;"><b>Norma revogatória</b></p> <p>É revogada a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 33/2003, de 22 de Agosto, e pela Lei n.º 7/2006, de 3 de Março.</p>	





S. R.  
**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
 GOVERNO REGIONAL  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES  
 COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA  
 CESC  
 Nº ÚNICO 362934  
 ENTRADA/SERIAL Nº 352 DATA 28/06/2011

Assembleia da República  
 Gabinete do Presidente  
 N.º de Entrada 362934  
 Classificação  
02/02/02/1/1  
 Data  
10/06/2011

- À DAPLEN  
 - À DAC P/a B2  
 Lousada  
 10.06.28  
 Lousada

Exm.º Senhor  
 Chefe de Gabinete de Sua Excelência O  
 Presidente da Assembleia da República  
 Palácio de S. Bento  
 1249-068 Lisboa

Sua referência \_\_\_\_\_ Sua comunicação de \_\_\_\_\_ Nossa referência \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

ASSUNTO: **Proposta**  
 "Projecto de Lei n.º 28/XI - "Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro;  
 (Proposta) **Projecto de Lei n.º 29/XI - "Procede à primeira alteração à Lei da televisão aprovada pela Lei n.º 27/2007, de 30 de Junho, 12.ª Alteração ao código da publicidade aprovado pelo Decreto Lei n.º 330/90, de 22 de Outubro, e à primeira alteração da lei que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão aprovada pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, e transpõe a Directiva n.º 2007/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Dezembro de 2007."**

Na resposta indicar a «Nossa referência». Em cada ofício tratar só de um assunto.

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, a que se reporta o ofício n.º XI-GPAR-732/10-pc, de V. Ex.ª, de 17 de Junho de 2010, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de transcrever o teor do despacho exarado no mesmo:

*" Ao Senhor Secretário Regional dos Recursos Humanos para dar parecer directamente tendo em atenção os Direitos da Região Autónoma da Madeira. "*

Com os melhores cumprimentos.

O CHEFE DE GABINETE  
  
 (Luís Maurílio da Silva Dantas)